Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

Mensal | Dezembro 2017 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 224

SOLIDARIEDADE

CNIS FAZ 37 ANOS A 15 DE JANEIRO DE 2018

Presidente da República vai estar no aniversário

CANTINAS SOCIAIS

Instituições sociais apanhadas de surpresa com redução de protocolos

VOUZELA

Centro Social de Cambra aspira alargar a ERPI

ALCOBAÇA

Centro Paroquial de Pataias quer acolher mais crianças

ECONOMIA SOCIAL

Adesão à CESP decide-se em março

Autorizado pelos CTT a circular em invólucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/204004/DCN
Mensário da CNIS

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
MEIO-DIA
TAXA PAGA
PORTUGAL

O Solidariedade deseja a todos os seus leitores

José Leirião
Membro da CNIS

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Com a criação da zona do Euro e a adopção dos seus mecanismos de controlo e promoção da situação económica e financeira dos países que a integram (Pacto de Estabilidade e Crescimento, Procedimento Défice Excessivo, Semestre Europeu, Mecanismo de Estabilização Financeira (mecanismo que empresta dinheiro aos países do Euro), que a **sociedade europeia criou expectativas muito positivas sobre a evolução da dimensão social** e que através dos vários Fundos à disposição dos Estados Membros, seria possível aos países mais pobres (Sul e Leste da Europa) continuarem no processo de convergência para a média de rendimento europeia *(este processo implica que um país consiga pelo menos, um crescimento económico anual superior à média europeia - Portugal convergiu desde 1986 a 2001)*, através de melhorias no seu crescimento e desenvolvimento económico e social, o qual se iria consubstanciar na melhoria do bem-estar de todos (de acordo com a carta dos direitos fundamentais) e, especialmente, daqueles que tem sido marginalizados não só em conseguirem oportunidades de um emprego decente, como terem ficado para trás no acesso à protecção social, incluindo o acesso pleno à saúde, aquisição de medicamentos, habitação, educação, apoio no desemprego de longa duração, entre outros. Como sabemos essas **expectativas não foram satisfeitas**, levando a um divórcio de confiança entre a sociedade civil e a União Europeia, ocorrendo muitas vezes a sociedade culpar a Comisão Europeia e esta a dizer que a culpa cabe aos Estados Membros resolver esses problemas sociais. Com efeito, a partir de 2005 a Comissão deixou cair o 'pilar da coesão social', iniciando um período politicamente dominado por um neoliberalismo exarcebado e políticas de austeridade, com responsabilidades acrescidas para Durão Barroso, como sabemos presidente da Comissão desde 2004 a 2014. A desconfiança da sociedade nas instituições europeias agravou-se após o estalar da crise financeira mundial de 2008, que se tranformou numa crise económica e social de proporções catastróficas, na dimensão social, em alguns países europeus da 'zona euro' como Portugal, Grécia, Irlanda e Chipre. O fraquíssimo desempenho económico da "zona Euro", apenas um crescimento médio de 0,8% nos últimos dez anos, tem demonstrado a incapacidade da Comissão e em particular da governação da Zona Euro, em conseguir responder às necessidades e expectativas dos cidadãos, contribuindo para a deterioração da qualidade do bem-estar social, desigualdade no rendimento e um crescimento do trabalho precário e de baixa remuneração, por toda a Europa. No seu início de mandato em 2014, Junker, prometeu que a Europa devia aspirar a uma notação Triplo AAA na dimensão social. Com efeito, em Abril deste ano, a Comissão Europeia produziu uma carta política com 20 pontos divulgando um renovado compromisso com os "direitos sociais dos cidadãos" que contem uma série de afirmações muito positivas e assinala um movimento de deixar para trás as políticas de austeridade e seguir em direcção a um desenvolvimento sustentado e protecção social para os seus 500 milhões de cidadãos. No passado dia 17 Novembro os líderes europeus aprovaram esta carta "pilar dos direitos sociais". Esperemos que não passe apenas de intenções e sejam incluídos no Tratado Europeu e de cumprimento obrigatório.

https://ec.europa.eu/portugal/social_pillar/pt_pt

IV JORNADAS IBÉRICAS DE EDUCAÇÃO SOCIAL, BRAGANÇA

CNIS apresentou solução promovida para acolher menores não-acompanhados

No âmbito das «IV Jornadas Ibéricas de Educação Social», subordinadas ao tema «Migrações Transnacionais: políticas e práticas na reconstrução da cidadania europeia», a CNIS teve oportunidade de, junto da população jovem do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), divulgar o programa de acolhimento de refugiados menores não-acompanhados que criou e vem dinamizando há cerca de um ano.

O encontro, que decorreu, durante dois dias, no auditório da Escola Superior de Educação, do IPB, pretendeu debater o drama vivido por milhares de migrantes que tentam chegar à Europa, pelo Mediterrâneo.

Saber a diferença entre um estrangeiro e um imigrante, o que é a proteção internacional, quais os direitos dos migrantes, questões de interculturalidade, de cidadania e o papel do educador social foram alguns dos temas abordados ao longo dos dois dias na Escola Superior de Educação de Bragança, que arrancaram com uma esclarecedora intervenção intitulada «Mitos e factos da imigração em Portugal: o que os indicadores de integração nos ajudam a compreender?».

Depois de Mónica Farinha ter abordado o tema «Refugiados em Portugal: desafios do acolhimento», Ana Rodrigues, pela CNIS, abordou o «Pretexto e contexto da recolocação pioneira de crianças e jovens não-acompanhados em Portugal». Ou seja, deu a conhecer aos futuros educadores sociais, mas não só, o programa que a CNIS, juntamente com a grega METAdrasi, vem desenvolvendo em prol dos refugiados mais vulneráveis de todos, as crianças e jovens não acompanhadas.

Estes são todos aqueles que entrem no território da União Europeia (EU) sem estarem acompanhados dos progenitores ou de pessoa adulta por eles responsável. E só no ano de 2016 chegaram cerca de 26.000 a Itália e cerca de 5.500 à Grécia.

Perante a realidade dos números, o aproximar do fim do programa de recolocação da UE (que terminou em setembro último) e perante o número crescente dos «nem-nem» – aqueles que estão numa espécie de limbo legal por serem requerentes de asilo (com fundamento material para obterem proteção internacional), mas são de nacionalidades não abrangidas pelo programa de recolocação; e os que veem o pedido de asilo negado e estão impossibilitados de regressar ao país natal –, levou a CNIS a juntar forças com a ONG grega METAdrasi e a criar um programa de acolhimento.

Este tem sido desenvolvido utilizando os mecanismos e dispositivos legais já existentes, com o apoio dos Governos e financiamento equivalente ao do programa de recolocação da UE.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

OE 2018 e outros orçamentos

1. É missão de um Orçamento do Estado (OE) cumprir três grandes funções:

- Económicas: destina-se a permitir uma melhor gestão dos dinheiros públicos e situar o Governo numa política económica global do Estado;

- Políticas: assegura direitos fundamentais dos cidadãos, impedindo que tenham de pagar impostos sem autorização dos seus representantes legítimos. Garante também o equilíbrio e separação dos poderes: sem a aprovação da Assembleia da República, o Governo não pode executar medidas;

- Jurídicas: a Administração Pública está limitada por um conjunto de normas que regulam não só o seu funcionamento e organização, como também o relacionamento com os cidadãos.

Aprovado na Assembleia da República, o OE para 2018 será promulgado. Certa e naturalmente.

Deste Orçamento para 2018 parece ressaltarem algumas boas notícias:

- Aumenta o número de escalões de IRS, o que permitirá algum alívio fiscal para os contribuintes;

- Os funcionários públicos poderão progredir na carreira e terão direito a ser colocados no correspondente patamar remuneratório;

- Vai aumentar o chamado valor mínimo de existência;

- Em Janeiro serão atualizadas todas as pensões.

Mas... Para o Sector Social Solidário há boas ou más notícias?

2. As referidas boas notícias para os contribuintes têm um impacto muito insignificante nas Instituições de Solidariedade.

Instituições que, com atualizações sucessivas nas condições do exercício de atividade, com coimas nem sempre justificadas e que com os custos do trabalho, devolvem ao Estado mais de cinquenta por cento daquilo que dele recebem para que prestem um serviço público que o Estado tem de garantir e que, em termos financeiros, corresponderá a um volume que ultrapassa os três mil milhões de euros.

Não é engano: ao abrigo da Cooperação, fala-se de mil e quatrocentos milhões transferidos para as Instituições de Solidariedade para elas assegurarem mais de 73% de ação social direta em áreas que incluem desenvolvimento local, educação, proteção social e saúde. Porém, daquele montante transferido para as Instituições, mais de 50% regressa ao Estado sem deixar rasto no serviço público que as Instituições prestam...

Numa primeira leitura do OE para 2018, o Sector Social Solidário parece esquecido. Contudo, é bom lembrar que alguns dos "benefícios" para as Instituições de Solidariedade que os anteriores Orçamentos contemplavam já estão convenientemente acautelados por outros documentos legais.

Por exemplo, é o caso da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que tendo aprovado o Orçamento do Estado para o ano de 2016, veio aditar ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) um novo artigo 152.º que prevê a possibilidade de os contribuintes poderem destinar (...) uma quota equivalente a 0,5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares,

É também o caso do Decreto-Lei n.º 84/2017 que regula o benefício concedido às instituições particulares de solidariedade social, através da restituição de 50 % do valor equivalente ao IVA suportado nomeadamente quanto a construção, manutenção e conservação dos imóveis utilizados, total ou principalmente, na prossecução dos fins estatutários e aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas.

Pesando tudo, porque outras disposições legais as acautelaram, este OE não faz avolumar as apreensões das Instituições de Solidariedade. Também, porque nele foram inauguradas, não é ele que vem desanuviar os seus horizontes...

A economia social, em geral e o Sector Social Solidário, muito em especial, carecem de novo e ajustado regime fiscal.

3. Porque os orçamentos de Estado se processam em cadeia, publicado um, logo se impõe que se comece a pensar no seguinte... Se o de 2018 poderia ser mais proactivo, até porque a conjuntura económica parece favorável e é um orçamento de um 3º ano de uma legislatura que não deve defraudar algumas das expectativas geradas, é importante que um próximo orçamento seja mais proactivo.

Porque há um futuro a construir.

Um futuro que tem de ser alicerçado em opções que, por exemplo, passam pela desconcentração de serviços e pela descentralização orgânica que um OE deve prever para quantificar e incluir.

Um futuro, que já é presente, e que é ameaçado por um interior com muito território mas com poucas pessoas e cujo reordenamento comporta opções e custos que uma política orçamental tem de arquitetar e acautelar.

Um futuro, que já é presente, e que está ameaçado pelo decréscimo da natalidade (que preocupa) e pelo aumento da esperança de vida, que se louva (mas com progressivos custos e sem a companhia da qualidade que justamente se deseja).

Um futuro em que, definitivamente, as Instituições de Solidariedade continuarão a ser aquilo que já são: pilar estrutural do Estado Social:

- Um futuro, como já é o presente, em que muita da atividade das Instituições se desenvolve dentro de quatro paredes e debaixo de um teto e em que a energia, sendo um recurso inultrapassável, comporta uma fatura excessivamente incomportável.

- Um futuro, como já é o presente, em que, em muitas localidades e, provavelmente nas mais deprimidas, as Instituições são as principais empregadoras. E, sendo o emprego inclusivo, as Instituições são injustificadamente penalizadas com custos excessivos do trabalho como o é, por exemplo, uma TSU aplicada como se elas fossem lucrativas e nelas a componente humana não fosse tão intensa.

- Um futuro, como já é o presente, em que as Instituições só poderão continuar a ser o pilar que são com um Estado que, sendo regulador (talvez já o seja excessivamente), também assume as suas obrigações de corresponsável na sua sustentabilidade. E parece querer ignorar...

SOLICITUDE

Federação de Centros Sociais, Paroquiais e outras entidades canónicas para apoiar instituições da Igreja

Foi constituída, em Assembleia Geral, no passado dia 24 de novembro, a Solicitude (Federação dos Centros Sociais e Paroquiais e Outras Entidades Canónicas de Ação Sócio-Caritativa, Formação, Ensino e Saúde), com o alto patrocínio do Patriarcado de Lisboa.

José Petulante Parente é o primeiro presidente eleito da organização, que, como se pode ler no Artigo 6 dos estatutos, "é composta pelos Centros Sociais e Paroquias sedeados na área da Diocese de Lisboa, e por outras entidades canónicas que exerçam atividade de ação caritativa, de ensino, saúde e formação".

No entanto, a federação na Solicitude não se cinge às instituições canónicas da Diocese de Lisboa, mas também a todas as outras, da Diocese ou não, que "se identifiquem com os valores e princípios da Igreja Católica" ou que "tenham como matriz axiológica os valores do Evangelhos consubstanciados na doutrina social da Igreja".

Apesar de parecer uma espécie de decalque da CNIS, salvaguardando diferenças evidentes na abrangência de cada uma delas, o padre Lino Maia considera que há espaço para as duas organizações.

"Se tem por objetivo criar serviços de apoio às instituições de direção canónica do Patriarcado, pode ter vantagens, porque estas instituições precisam muito de apoio e muitas vezes aderem pouco a iniciativas coletivas. Gostam apenas de coisas direcionadas para elas", começa por dizer o presidente da CNIS, alertando, porém: "Agora, se esta Solicitude visa colocar-se à margem de todo este movimento, tenho algum receio deste entrincheiramento e desta vontade de se por à margem. Aliás, na visão deste Papa, que é a visão da Igreja Católica, de que devemos estar em toda a parte, colaborar com todos e darmo-nos as mãos, isso é vantajoso".

O padre Lino Maia reforça mesmo a ideia de que o aparecimento desta nova federação, "se é para ter serviços de apoio às instituições de direção canónica e não para se entrincheirar e marginalizar, pode ser bom" para o setor.

Para além de estar aberta a organizações canónicas e não canónicas, a Solicitude tem uma abrangência, não apenas diocesana (Lisboa), mas nacional. Apesar desta incongruência evidente dos estatutos, o padre Lino Maia desdramatiza: "Por vezes nos estatutos admite-se tudo para depois se ter um caminho mais definido. Se a Solicitude não visa, e espero que não, uma espécie de decalque da CNIS para fazer um percurso diferente, não haverá problema".

Neste sentido, José Petulante Parente, em comunicado à Comunicação Social, referiu que a organização não pretende "ser oposição nem sequer ser concorrente" com organizações similares já existentes.

Aliás, como lembra o padre Lino Maia, "a CNIS é uma confederação e a Solicitude é uma federação, e nada impede que, eventualmente e se assim o entenderem, a Solicitude se filie na CNIS".

Na Assembleia Geral fundadora, que contou com a presença do Cardeal Patriarca, D. Manuel Clemente, estiveram presentes 78 instituições das 93 que estiveram na génese do projeto, tendo a única lista concorrente sido eleita com 75 votos a favor, duas abstenções e um voto contra.

"Defesa e promoção da autonomia e liberdade de atuação das instituições, o aprofundamento da sua natureza, identidade e exercício da missão em conformidade com os valores do Evangelho", são os propósitos da instituição, segundo o agora eleito presidente da Direção, que quer também ser "um instrumento válido de cooperação institucional" e de relacionamento com as instituições públicas.

CHAMA DA SOLIDARIEDADE

Depois de Palmela segue-se Santiago do Cacém

A Chama da Solidariedade continua a viagem pelo distrito de Setúbal e, depois do arranque nos concelhos do Seixal, em setembro, e Almada, em outubro, a flama esteve em novembro no de Palmela, percorrendo ao longo do mês de dezembro o concelho de Santiago do Cacém, uma jornada com início dia 7.

E foi em festa que a Chama da Solidariedade chegou a Palmela, com muita música e alegria, entre os convivas oriundos de diversas IPSS do concelho.

Testemunhada pelos presidentes das câmaras municipais de Almada, Inês de Medeiros, e de Palmela, Álvaro Amaro, a flama solidária foi entregue pelo Centro Paroquial Padre Ricardo Gameiro e pela AIPICA à Fundação COI, do Pinhal Novo, fiel depositária e grande impulsionadora da viagem pelo concelho palmelense.

A cerimónia contou com animações musicais a cargo do grupo de tambores da APPACDM de Setúbal, de um grupo de utentes do Centro de Atividades Ocupacionais da Fundação COI e da jovem cantora Bruna Guerreiro, de 15 anos.

"Somos Instituições Particulares de Solidariedade Social. Aquilo que fazemos é caminhar para o bem-estar de todos, de todas as pessoas que chegam às nossas instituições", asseverou Fernando Sousa, presidente da UDIPSS Setúbal que dinamiza a iniciativa da CNIS pelo distrito sadino.

A Chama da Solidariedade tem percorrido o País desde 2007 com o objetivo de celebrar a solidariedade, a entreajuda e a cooperação, através de um conjunto de iniciativas culturais e desportivas.

A cerimónia em Palmela terminou com um Moscatel de Honra, oferecido pela autarquia local, na Casa Mãe da Rota dos Vinhos.

ASSEMBLEIA GERAL

CNIS adia votação para adesão à nova Confederação da Economia Social Portuguesa

Em dia de S. Martinho, a CNIS reuniu em Assembleia Geral Extraordinária, na qual ratificou a adesão à Confederação Portuguesa do Voluntariado (166 votos a favor e um voto contra) e adiou a discussão e votação da adesão à novel Confederação da Economia Social Portuguesa (CESP).

Apesar dos esclarecimentos dados pelo padre Lino Maia, que explicou porque defende a Direção a adesão à CESP, depois de um primeiro momento em que a olhou com alguma desconfiança, e de João Dias, presidente-adjunto, ter traçado o percurso feito durante um ano de sessões temáticas e discussão dos estatutos da CESP, a assembleia não se sentiu esclarecida e confiante em votar a decisão proposta pelo órgão diretivo.

Muitas dúvidas e algumas desconfianças levaram a que, por larga maioria (136 votos a favor, três abstenções e 28 contra), fosse, após debate muito participado, aprovada uma proposta feita à Mesa no sentido de que a Assembleia Geral fosse suspensa para que a discussão e votação da adesão à Confederação da Economia Social Portuguesa se faça numa outra Reunião Magna.

O propósito do proponente foi o de proporcionar mais tempo de debate, para que a discussão em torno da adesão seja aprofundada e, então, as instituições votem de forma mais esclarecida essa mesma integração na nova estrutura.

Assim, Manuela Mendonça, presidente da Mesa da Assembleia Geral, ficou de, nos termos legais, convocar nova Reunião Magna Extraordinária para discutir e votar a proposta da Direção da CNIS, no sentido da adesão à CESP. Esta deverá ser marcada para o mês de março.

Entretanto, e sem conflituar com a decisão da Assembleia Geral, a CNIS assinou a Carta de Compromisso de criação da CESP, durante o Congresso Nacional da Economia Social – ver páginas 6 e 7 –, que decorreu em Lisboa.

Mas a manhã de trabalho em Fátima começou com a Assembleia Geral Ordinária, na qual foram aprovados por esmagadora maioria o Programa de Ação (130 votos a favor e 10 abstenções) e o Orçamento para 2018 (139 votos a favor e uma abstenção).

Quanto ao Programa de Ação para 2018 vai girar em torno de três eixos fundamentais: Capacitação, tanto interna como externa; Cidadania, com enfoque no desenvolvimento social, direitos humanos, inclusão e participação; e Representação, que "é um papel fundamental da CNIS".

A grande novidade é a implementação de um Serviço de Comunicação, no sentido de melhorar a comunicação da CNIS.

Já o Orçamento, que recolheu parecer favorável do Conselho Fiscal, está feito para não dar prejuízo, apesar de os proventos finais serem residuais.

PRESIDENTE VAI AO ANIVERSÁRIO

CNIS faz 37 anos no próximo dia 15 de janeiro

O Dia da CNIS, que se celebra a 15 de janeiro, vai contar, em 2018, com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. A vontade de estar presente já terá sido confirmada ao líder da Confederação das Instituições de Solidariedade, padre Lino Maia.

Os orgãos sociais da Confederação estiveram reunidos em Fátima, no início deste mês, para definirem o figurino das celebrações do 15 de janeiro e para discutirem a adesão à CESP.

Foi deliberado que o 37º aniversário será comemorado em Fátima e terá como convidados os membros de todos os orgãos sociais da CNIS, presidentes das Uniões Distritais e Federações associadas, elementos do Centro de Estudos, e muitos representantes de IPSS, bem como convidados especiais. Esperam-se mais de 300 pessoas oriundas de todo o território nacional.

O Programa do Dia da CNIS está praticamente concluído, incluindo, de manhã, uma conferência sobre "valores e identidade da solidariedade", com personalidades de renome nacional, onde serão abordados temas como autonomia e a cooperação no mundo social solidário.

À tarde haverá uma sessão de esclarecimento sobre a adesão da CNIS à Confederação da Economia Social Portuguesa, dando cumprimento à última decisão da Assembleia Geral Extraordinária, de Novembro. A discussão e votação final será feita em AG Extraordinária, em Março.

A CNIS, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, faz 37 anos no dia 15 de Janeiro de 2018. É um momento importante para a organização que congrega a maioria das IPSS portuguesas. Lino Maia recorda que "a União das IPSS começou com muita gente, hoje é muito mais, a que está na CNIS, mas o espírito de comunhão mantém-se. São 37 anos em que muitos, e muito bem, se deram a este mundo da solidariedade social. Em nenhum outro país encontramos tanta gente e tão empenhada na solução dos problemas da comunidade".

I CONGRESSO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL

Confederação da Economia Social Portuguesa nasce até 31 de março

Um ano após ter sido lançado o desafio no decorrer de um fórum no âmbito do «Portugal Economia Social – Encontro do Empreendedorismo e Inovação Social», o I Congresso Nacional da Economia Social realizou-se e teve como ponto alto a assinatura da Carta de Compromisso da constituição da Confederação da Economia Social Portuguesa, a cumprir até ao próximo dia 31 de março.

É o corolário de quatro sessões temáticas preparatórias e uma série de reuniões dos membros do CNES – Conselho Nacional da Economia Social, no âmbito da Comissão Organizadora do Congresso, durante as quais foi possível identificar de forma mais clara tudo aquilo que une e aproxima as diferentes e diversas famílias da Economia Social, que Rui Namorado, professor especialista em Economia Social, designou por "constelação de esperanças".

A sessão final do Congresso, realizada, a 14 de novembro, no grande auditório do ISCTE-IUL, serviu para reafirmar a importância da Economia Social em Portugal e a necessidade desta ter um maior reconhecimento nacional e europeu.

Depois de um longo dia de debate e discussão de temas como a Lei de Bases, desenvolvimento e emprego, as instituições financeiras, os desafios europeus da Economia Social, o Congresso abordou o presente e futuro, com intervenções de todos os presidentes das oito organizações que no final assinaram a Carta de Compromisso para a criação da Confederação da Economia Social Portuguesa (CESP).

Transversais a todas as intervenções foram as questões da diversidade, da autonomia, da identidade, da convergência e das vantagens que as oito entidades signatárias poderão retirar de uma organização que quer ter um lugar no Conselho Económico e Social, ao lado de sindicatos, patrões e Governo, e que pode chegar a fundos europeus que individualmente elas não conseguiriam.

O presidente da CNIS começou por fazer uma breve resenha histórica da génese e da sustentação constitucional das IPSS, lembrou a importância da cooperação com o Estado e as muitas áreas que as instituições trabalham nas comunidades locais, sublinhando que "as IPSS são para as pessoas" e, "por isso, seduzem as organizações que visam o lucro para a sua responsabilidade social" e "sentem-se bem ao lado das associações de desenvolvimento, das cooperativas, das mutualidades, das fundações, das coletividades de cultura, recreio e desporto, que como as IPSS, como são também as misericórdias, são economia social, economia de pessoas, com as pessoas e para as pessoas".

A terminar, o padre Lino Maia afirmou ainda que, "porque a comunhão é sempre muito mais do que a soma das partes enquadradas, a CNIS colaborou na promoção do Congresso e na CESP e certamente contará com o aval das suas filiadas para ser muito ativa e autónoma na Confederação".

Também Luís Braga da Cruz, líder do Centro Português de Fundações, sublinhou que "vale a pena vivermos nesta diversidade e aproveitar o que cada uma das organizações tem de melhor", lembrando que "a CESP só pode falar a uma só voz naquilo que as famílias têm em comum".

Já Manuel Santos Gomes, da Confagri, mostrou-se convicto que a nova Confederação "não vai tirar espaço, nem autonomia a nenhuma das organizações, mas será um importante interlocutor do Governo", enquanto Marco Domingues, da Animar, considerou que "o que une as diferentes famílias é a missão e na cooperação todos temos a ganhar, pelo que a CESP dará a convergência necessária para se conseguir mais".

Neste sentido foi também a intervenção de Luís Alberto Silva, da União das Mutualidades Portuguesas, que relevou o papel "muito importante que a CESP poderá ter na negociação do Portugal 2030", porque "juntos seremos sempre muito mais fortes", ideia corroborada por Rogério Cação, da Confecoop, que notou: "Todos reconhecem a importância da Economia Social, mas demora a haver consequências práticas. E, lembrem-se, esta união não vai acabar com os problemas individuais!".

Augusto Flor, da Confederação Portuguesa

das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), recordou "um ano de intenso trabalho", "uma extraordinária experiência de interação entre entidades que mantêm a sua identidade e independência", lamentando a ausência da Comunicação Social nacional.

Por seu turno, Manuel Lemos, da União das

Misericórdias Portuguesas, frisou a "resiliência" das instituições sociais e a longa história das santas casas e deixou um desafio a todos: "Vamos ter pedras no caminho, mas vamos juntá-las e construir o castelo da Economia Social".

Findas as intervenções, moderadas por Fernanda Freitas, foi tempo de compromisso, com os oito signatários a colocarem a chancela no documento que os incumbe da criação da Confederação da Economia Social Portuguesa (CESP), até 31 de março de 2018, cujos princípios orientadores são: "A Confederação organiza e prossegue a sua atividade de acordo com os princípios da autonomia, da independência e da democraticidade, sendo independente do Estado, bem como de quaisquer organizações político-partidárias e confissões religiosas e prossegue o seu objeto e fins no estrito respeito do princípio da subsidiariedade, que se traduz na não sobreposição relativamente ao objeto e fins prosseguidos pelas suas associadas".

No seio da CNIS a decisão de adesão à CESP está marcada para uma Assembleia Geral Extraordinária, a ser agendada por Manuela Mendonça, presidente da Mesa da Assembleia Geral, dando cumprimento à vontade das associadas expressa na pretérita Reunião Magna, ou seja, que a mesma fosse adiada para que o debate fosse aprofundado. Em princípio a mesma será agendada para janeiro.

Ferro Rodrigues, presidente da Assembleia da República, encerrou os trabalhos, defendendo que "a Economia já não dispensa a Economia Social", afirmando ainda: "Sempre me fez confusão a fragmentação deste setor, por isso acho este processo do Congresso e da Confederação decisivos para o futuro. O País precisa de vós".

Já na abertura do Congresso, Vieira da Silva, ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, havia elogiado o trabalho desenvolvido pelas entidades envolvidas na organização do fórum e na criação da Confederação: "Encontrar o cimento organizador destas diferentes famílias e um projeto comum, que respeite as diferenças e encontre um caminho comum é uma grande obra".

Do I Congresso Nacional da Economia Social saiu ainda um conjunto de Recomendações, que são acima de tudo questões que as organizações da Economia Social querem ver implementadas e outras que estão dispostas a realizar para que o setor se fortaleça e cresça ainda mais, ganhando o reconhecimento que lhe é devido, destacando-se que "a Economia Social é feita de pessoas, para pessoas e com as pessoas".

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

A Economia Social não é uma ilha fechada sobre si própria

É certo que a assinatura da Carta de Compromisso para a criação da Confederação da Economia Social Portuguesa (CESP) foi o ponto alto da sessão final do Congresso Nacional da Economia Social, mas outros momentos do dia 14 de novembro, no auditório do ISCTE, em Lisboa, merecem referência.

Numa douta dissertação, intitulada «A Lei de Bases da Economia Social - garantia no presente e inspiração do futuro», Rui Namorado lembrou que se está "perante um processo complexo e multifacetado, profundamente impregnado pelo seu contexto sociopolítico".

"Por isso, para o podermos compreender plenamente, deve ser tido em conta, em primeiro lugar, o grau de maturidade das várias constelações da Economia Social e a energia socioeconómica gerada, não só pelas práticas próprias de cada uma delas, mas também pela sua convergência. Em segundo lugar, há também que ter em atenção as alterações introduzidas na Constituição em alguns aspetos diretamente relacionados com a Economia Social, quer estruturalmente, quer pela inovação dos conteúdos normativos. Em terceiro lugar, deve seguir-se a evolução das políticas públicas com incidência na Economia Social, em especial das suas projeções jurídicas", acrescentou, sublinhando, posteriormente, que "a Economia Social não é nem uma fortaleza conceitual a que a realidade social se tenha que submeter, nem um recipiente neutro e inerte, onde se podem colocar sem critério quaisquer entidades económico-sociais", mas antes "um conjunto de entidades socioeconómicas que ao viverem afinaram a compreensão das razões que as levaram a juntar-se num espaço sociopolítico comum", e assim "aperfeiçoam o conhecimento das características que partilham e dão força a uma identidade própria".

Sustentando que a Economia Social "está dentro da sociedade", rematou, concluindo: "Na verdade, a Economia Social não é uma ilha fechada sobre si própria. Pelo contrário, é a espinha dorsal de uma sociedade justa e livre, inscrita no futuro como esperança".

Nota igualmente para a intervenção de Tomás Correia, do Grupo Montepio, que, sem peias, defendeu que "a Economia Social tem que ter a ambição de ser o maior grupo financeiro nacional", argumentando que o setor "tem condições para isso", lembrando a grande ligação ao pequeno negócio ou a maior rede de balcões do setor financeiro.

Por seu turno, Licínio Pina, do Crédito Agrícola, apontou a coincidência de opiniões entre Tomás Correia e o Banco Central Europeu, defensor da concentração bancária, afirmou a disponibilidade da instituição bancária que preside para atingir essa meta, mas ressalvou: "Não sei como lá chegar!".

Até porque, lembrou, "os interesses da Economia Social, muitas vezes, conflituam com os ditames do regulador".

Também Silva Peneda, conselheiro do presidente da Comissão Europeia, deixou algumas ideias positivas sobre o papel da Economia Social na Europa. Entre outras, a de que, no "espaço da União Europeia, o mais arrojado do Mundo, em termos de dimensão humana, a Economia Social tem um papel fundamental na prossecução do projeto europeu".

E neste sentido, Juan Antonio Pedreño, presidente da SEE (Social Economy Europeu), recordou aos presentes que "até agora não havia medidas para promover a Economia Social na Euiropa, mas, por unanimidade, foi aprovado um conjunto de medidas para a promoção e desenvolvimento da Economia Social na União Europeia".

CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE PATAIAS, ALCOBAÇA

Utentes de hoje são maioritariamente filhos de utentes de ontem

Nasceu em meados do século passado para dar sopa aos pobres, mas com a passagem dos anos, a necessidade emergente foi o acolhimento de crianças enquanto os pais trabalhavam. Partindo desta lógica, rapidamente o Centro de Assistência Paroquial de Pataias se tornou, para os pais, o local de desenvolvimento e educação dos filhos. É assim, em casa própria, desde 1976, um equipamento que começou por acolher 35 crianças e que hoje recebe, entre creche e pré-escolar, 185 petizes.

Segundo as más-línguas, o padre Franquelim da Cunha "roubou aos ricos para dar aos pobres", por isso não é de estranhar que tenha sido pela sua ação que, no ido ano de 1955, tenha criado o Centro de Assistência Paroquial de Pataias (CAPP), no concelho de Alcobaça, para dar sopa aos pobres.

De facto, em meados do século passado, Portugal assistiu ao surgimento de diversas instituições que o principal propósito era dar de comer aos mais carenciados e desvalidos, numa época em que a fome e a pobreza grassavam pelo País.

A instituição iniciou atividade servindo refeições nas camaratas da igreja, a chamada sopa dos pobres, como era usual à época, "mas os estatutos já previam todas as demais valências".

Posteriormente passou por uma antiga escola, que também já foi quartel dos bombeiros, e depois, já nos anos 1960, foi para "uma vivenda no bairro da Cibra, que o comendador Joaquim Matias doou para ser criada uma creche, onde os pais, trabalhadores da fábrica de cimentos, pudessem deixar os filhos", conta Célio Coelho, presidente da instituição.

"Já com o padre Adelino Nunes na paróquia, o comendador doou este terreno à igreja e foi então que se construiu o edifício que aqui está, muito bem pensado para a altura, porque ainda hoje continua a ser atual. Foram poucas as alterações que se fizeram", acrescenta, lembrando que a inauguração em 1976.

"O comendador viveu muito aquilo que hoje se chama responsabilidade social da empresa e queria fazer neste bairro uma unidade com todas as valências, das sociais às desportivas, para os trabalhadores e famílias, mas também aberto à população em geral", sublinha o padre Virgílio Francisco, consultor espiritual da instituição.

Ainda antes de se instalar nas novas instalações, o CAPP abandonou a sopa dos pobres e dedicou-se à área da infância. É na altura em que passa a ocupar uma das vivendas do bairro da Cibra.

Este avanço vai um pouco contra a corrente, mas tinha visão de futuro, como explica Célio Coelho: "Antes do 25 de Abril não se sentia tanto esta necessidade, porque esta era uma zona em que as mulheres se dedicavam à agricultura e, estando por casa, tinham as crianças consigo. Com a democracia e as mulheres a começarem a trabalhar fora de casa mais em massa, a necessidade tornou-se evidente".

E se numa primeira fase as crianças iam para o infantário por necessidade, já que as mães passaram a trabalhar fora e precisavam de um local seguro para deixar os filhos, depois "houve o reconhecimento da instituição como uma mais-valia para as crianças", destaca o padre Virgílio, ao que Fernando Ónil, diretora de serviços, acrescenta: "Numa fase inicial estas instituições eram vistas mais como armazéns de crianças, mas uns anos depois começou-se a apostar na educação e na forma como ajudar as crianças a desenvolver-se. E também os pais tiveram que ser um pouco trabalhados".

E com mais de 40 anos de atividade com as crianças não é de estranhar que hoje muitos dos pais das crianças que frequentam a instituição sejam antigos utentes.

E se na vivenda não havia condições para ter muitos petizes, com a passagem para o novo equipamento, o número tem aumentado à medida que os anos passam.

"As inscrições começaram a crescer de ano para ano", lembra Fernanda Ónil, por isso, a capacidade foi sendo alargada com pequenas

intervenções no edifício e abertura de novas salas.

Começou com 35, passou para 45, depois para 55 e atualmente tem 85, "apesar do Acordo de Cooperação ser só para 75".

"Agora estamos à espera do aval da Segurança Social para uma capacidade de 92 crianças e, mesmo assim, continuamos a ter lista de espera", destaca Fernanda Ónil, que acrescenta: "Aqui, felizmente, nunca houve falta de crianças".

Para o presidente da instituição, "o problema é inverso, pois não conseguimos dar resposta a todos os pedidos".

Nem mesmo na crise, quando muitas instituições viram a frequência das respostas à infância diminuir, o CAPP teve menos crianças.

"Não se notou muito a crise no número de crianças. Por outro lado, a instituição procurou sempre fazer a gestão das mensalidades, obstando a qualquer situação", lembra o padre Virgílio, no que é acompanhado por Célio Coelho: "Houve casos esporádicos em que os pais tiraram as crianças daqui para as pôr no público, mas parece que não era tão barato como eles pensavam!".

Inserida num meio em que a população está num patamar socioeconómico "moderado", a instituição segue as regras estabelecidas para fixar as mensalidades, mas os seus responsáveis criticam o modelo.

"Não concordamos com as tabelas que a Segurança Social nos impõe, porque há uma diferenciação de percentagens que não faz sentido", começa por criticar Célio Coelho, explicando: "Temos pessoas com pouco desnível de rendimentos, em que umas pagam mensalidades muito baixinhas e outras umas muito altas. Essa era uma das questões em que devíamos ser ouvidos e que devia ser alterada. Concordo que tem que haver uma diferenciação, mas as percentagens que a Segurança Social nos impõe não são realistas. Quando para aqui entrei, há 15 anos, havia 12 escalões, o que era mais justo, obrigaram-nos a trabalhar com seis escalões e agora somos novamente obrigados a aplicar nova legislação que mantém a injustiça".

Por isso, "a instituição optou pela política de manter as mensalidades, mas dando retorno às crianças, que levavam alguns bens para casa", revela o padre Virgílio, adiantando que, na altura, "pareceu que esta política era uma maior garantia de que em casa as crianças tinham algo para comer".

Segundo Célio Coelho, "nas instituições vizinhas que têm mensalidades iguais, não têm a mesma oferta", atirando de seguida: "Desafio-o a dizer-me uma instituição que dê fraldas, medicamentos, papas, bibes e outros produtos de higiene. Ou seja, os pais só trazem as crianças. A instituição dá tudo, que está incluído na mensalidade".

E para completar a crítica ao modelo de fixação das mensalidades, o presidente da instituição argumenta: "Neste momento, não há ninguém na nossa área de intervenção que não possa pagar o mínimo que nós tínhamos, e que agora não podemos ter, que era de 65 euros. Agora temos pessoas a pagar 12 e 13 euros".

Nos dias que correm, o Centro de Assistência Paroquial de Pataias tem um corpo de 40 funcionários e acolhe 85 crianças em creche e uma centena em pré-escolar.

Já sem as benesses do benemérito comendador Joaquim Matias, como está a saúde financeira da instituição?

"Nunca se pode dizer que está bem", atira de pronto Célio Coelho, prosseguindo: "Não temos dificuldades de pagamento imediato, mas não se pode dizer que está bem, porque o dinheiro que existe hoje depressa se gasta. Costumo dizer que se a Segurança Social fechar a porta, nós fechamos a seguir, ou duramos mais um ou dois meses! Se a Segurança Social continuar a comparticipar com o que está atualmente, juntamente com as mensalidades dos pais, conseguimos gerir bem, porque temos que gerir bem, aquilo que há. Não estamos numa situação em que precisamos da comparticipação do Estado para pagar aos fornecedores, porque conseguimos pagar a 30 dias, mas é necessário uma boa gestão, não apenas da Direção, mas de todos os colaboradores".

Para o padre Virgílio merece também uma nota de destaque o facto que a instituição conseguir "fazer algum investimento, como foi recentemente o caso do parque infantil, ou as obras necessárias para o alargamento da creche".

Para o pároco e consultor espiritual, "garantindo que haja um pequeno pé-de-meia para qualquer eventualidade, tem havido grande atenção da Direção e dos colaboradores aos custos, garantindo alguma economia, sem pôr em causa a qualidade".

Sem grandes disponibilidades financeiras para grandes projetos, até porque o que foi anteriormente amealhado serviu para intervencionar o edifício, exclusivamente às custas da instituição, obras que já ultrapassaram o meio milhão de euros, os dirigentes não viram os olhos ao futuro.

"Estamos naquela fase de dar por terminado o projeto que tínhamos de melhorar o equipamento. Tem demorado porque as exigências da Segurança Social são excessivas", lamenta Célio Coelho, explicando: "Face aos numerosos pedidos que tínhamos, conseguíamos ter mais uma ou duas crianças em algumas salas. Foi-nos negada essa solução, com a ameaça de uma coima

de 20 mil euros, sem sequer terem cá vindo ver se as salas tinham, ou não, as condições para receber mais essas uma ou duas crianças. Mas é a lei, como nos dizem da Segurança Social".

No entanto, no futuro próximo, "a pintura do edifício é a prioridade", mas há ainda intenção de colocar um painel de identificação da instituição e ainda de alguns painéis fotovoltaicos.

"Tirando as obras do edifício, pretendemos realizar mais algumas conferências sobre crianças para os pais, que já tentámos mas com fracos resultados. Queremos apostar também na formação dos pais, porque o nosso lema é: primeiro as crianças", refere Célio Costa.

E como seria Pataias sem o Centro de Assistência Paroquial?

"Seria muito complicado para os pais, porque não há mais nada", sustenta o presidente, ao que Fernanda Ónil acrescenta: "Se não fosse esta, tinha que ser outra, porque não era possível esta freguesia crescer como cresceu sem uma instituição destas".

MINISTRA DA PRESIDÊNCIA

Inovação não desresponsabiliza o Estado da função social

A ministra da Presidência defendeu que a inovação social não é uma forma de "desresponsabilizar o Estado" na sua função social, nem de "enriquecer à custa dos problemas sociais", mas uma maneira sustentável de os tentar resolver.

"A inovação social não é desresponsabilizar o Estado na sua função social. Pelo contrário, responsabiliza-o mais ainda no apoio e na capacitação dos inovadores", disse Maria Manuel Leitão Marques na conferência europeia "Novas Perspetivas para a Inovação Social", na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Também "não visa privatizar o sistema de apoio social", mas sim de colaborar com ele, ajudando-o na aplicação de "métodos e medição rigorosa do impacto desse apoio", adiantou ministra da Presidência e da Modernização Administrativa.

Sublinhou ainda que a inovação social "não é contra" as habituais respostas de intervenção social", mas complementa-as, porque "já não são suficientes".

Maria Manuel Leitão Marques esclareceu também que a "inovação social não é uma forma de enriquecer à custa dos problemas sociais dos outros", mas "uma forma sustentável de os tentar resolver".

INCENTIVOS FISCAIS

O Orçamento do Estado para 2018 contempla incentivos fiscais para inovação social, com Portugal a ser o segundo país do mundo a criar um benefício fiscal para projetos de impacto social.

A medida, em vigor a partir de janeiro, foi anunciada pela ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, realçando que é um investimento que pode ter um retorno total.

Os benefícios fiscais dizem respeito a "títulos de impacto social", definidos como "mecanismos de financiamento que pressupõem a celebração de um contrato entre investidores sociais, entidades do setor público e entidades implementadoras para concretizar resultados sociais específicos".

As iniciativas de impacto social, "que são uma forma de investimento social, com retorno porque se os resultados forem alcançados o dinheiro é devolvido ao investidor, não tinham nenhum incentivo fiscal, ao contrário do que acontece com as formas de mecenato, onde nem sequer há este incentivo para medição de resultados", disse a ministra aos jornalistas, no final de uma conferência sobre inovação social que durante dois dias decorreu em Lisboa.

Filipe Almeida, presidente da iniciativa Portugal Inovação Social (criada em dezembro de 2014), explicou que o "título" pressupõe a existência de um projeto social inovador que esteja alinhado com as prioridades das políticas públicas, que seja validado pela entidade pública e que os resultados possam ser mensuráveis. O "título" não serve para todos os projetos sociais, mas para aqueles onde seja possível medir resultados, e que o valor mínimo de investimento é de 50 mil euros.

A Portugal Inovação Social prevê um investimento de 20 milhões de euros no apoio aos títulos de impacto social até 2020, 15 milhões para projetos de inclusão social e emprego e cinco milhões para projetos na área da educação.

Segundo o comunicado foram já aprovados três projetos, num total de 1,5 milhões, "estando aberto um concurso na área da educação de cinco milhões de euros, abrindo em breve um outro aviso de cinco milhões na área da inclusão social e emprego".

4 MIL SEM ABRIGO

Aprovado Plano de Ação 2017/2018

A Comissão Interministerial aprovou o Plano de Ação 2017-2018 da estratégia para as pessoas sem abrigo, orçado em 60 milhões de euros e que poderá abranger um universo de 4.000 pessoas em Portugal.

No final da primeira reunião da Comissão Interministerial, a secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, referiu que o plano de ação 2017-2018 foi "discutido e aprovado" e que, em termos práticos, dará "continuidade" à resolução aprovada em Conselho de Ministros e ao "trabalho intenso" que tem vindo a ser desenvolvido por diversos organismos da administração pública, em articulação com entidades privadas ou de voluntariado que localmente prestam auxílio e acompanham os sem abrigo.

Segundo Cláudia Joaquim, o documento aprovado deverá ser homologado pelo ministro do Trabalho e da Segurança Social, Vieira da Silva, por forma a implementar as cem medidas previstas no plano de ação e cujas "metas estão definidas".

"O plano é composto por cem atividades e todas as atividades têm metas definidas. Fizemos também, pela primeira vez, uma quantificação daquilo que são as verbas que em cada ministério estão afetadas medidas relacionadas com pessoas em situação de sem abrigo", adiantou a secretária de Estado da Segurança Social.

Este procedimento visa fazer um levantamento dos meios financeiros existentes e fazer "uma sistematização deste esforço" por forma a melhorar a capacidade resposta a este problema social.

Cláudia Joaquim indicou que os últimos estudos apontavam para a existência de cerca de 4.000 pessoas em situação de sem abrigo em Portugal, mas observou que este número é "volátil" e que o fenómeno dos sem abrigo, embora mais visível nas cidades, não é um problema unicamente urbano ou das grandes cidades.

Sinalizar e acompanhar as pessoas sem abrigo, através dos "gestores de casa", em articulação com as diversas entidades é uma das tarefas fundamentais apontadas pela responsável governamental para a implementação deste plano, que deverá reunir verbas acima dos 60 milhões de euros.

Habitação permanente, alargamento da intervenção na saúde e integração profissional são algumas das cem medidas do plano de ação. Como principais medidas do plano, algumas já em desenvolvimento, destacam-se o acolhimento residencial, alargamento e integração da intervenção na área da saúde e a promoção da formação e da integração profissional das pessoas sem-abrigo.

Em termos de habitação, o plano destaca a "priorização do alojamento permanente em habitações individualizadas", através da criação de uma bolsa de casas.

O "alargamento e integração da intervenção na área da saúde", desde cuidados primários, hospitalares, continuados, saúde pública, saúde mental, comportamentos aditivos e dependências, também faz parte da estratégia.

Está também previsto o encaminhamento e integração de pessoas sem-abrigo em programas e medidas ativas de emprego e formação profissional.

O modelo de intervenção da estratégia, publicada em Diário da República em julho, assenta "numa premissa de rentabilização de recursos humanos e financeiros, bem como da necessidade de evitar a duplicação de respostas e qualificar a intervenção ao nível da prevenção das situações de sem-abrigo e do acompanhamento junto dos utentes.

Como aspetos inovadores, a estratégia apresenta Planos de Ação bienais com avaliação anual e a existência da Comissão Interministerial que assegura a execução da estratégia.

Em abril, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, apelou para a rápida implementação da estratégia, para que fosse aplicada já este ano, de forma a erradicar o problema até 2023.

REDE ANTI-POBREZA SATISFEITA

A Rede Europeia Anti-Pobreza congratulou-se com a aprovação do Plano de Ação 2017-2018 da estratégia das pessoas sem-abrigo, destacando algumas medidas como a realização de ações de sensibilização e de combate à discriminação.

Em comunicado, a EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza considera "muito positivo" a "corresponsabilização dos vários ministérios na implementação e monitorização da Estratégia Nacional 2017-2023".

A rede salienta que este plano integra um pacote de medidas que passam pelo conhecimento e monitorização do fenómeno da população em situação de sem abrigo, dos quais realça "a definição de um conjunto de indicadores de risco".

Destaca também o alargamento da rede nacional NPISAS - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo e a realização de ações de sensibilização e de combate à discriminação.

A organização salienta igualmente a intenção do plano de "melhorar a eficiência e a eficácia da intervenção no fenómeno, através da criação de um modelo de intervenção e acompanhamento integrado, formação especializada e contínua para os interventores sociais".

Esta intervenção também passa pela "melhoria da qualidade das respostas sociais existentes e o envolvimento ativo das próprias pessoas em situação de sem-abrigo", no âmbito de uma avaliação participada da intervenção que é realizada.

Para a EAPN-Portugal, outro "aspeto importante" deste Plano de Ação prende-se com a promoção de soluções alternativas de alojamento e o reforço da capacidade de alojamento existente, bem como a atenção específica à promoção do acesso à saúde, emprego e proteção social.

CANTINAS SOCIAIS

IPSS veem protocolos reduzidos enquanto se espera pelo novo Programa Operacional

Suprir as carências alimentares que a crise económica agudizou foi o propósito do aparecimento das Cantinas Sociais, um programa com pouco planeamento e que tentou responder a uma emergência. Seis anos depois, o novo Governo quer implementar um novo paradigma na ajuda alimentar, cujo Programa Operacional tarda em chegar ao terreno. Entretanto, as IPSS estiveram três meses sem receber a devida comparticipação do Estado, para depois terem a(s) surpresa(s) de verem reduzidos, literalmente de um dia para o outro, os protocolos com a Segurança Social e com efeitos retroativos.

Foi em 2011, em plena crise económico-financeira, que o Governo liderado por Pedro Passos Coelho decidiu avançar com uma resposta de Cantina Social, promovendo uma Rede Solidária que arrancou com 62 IPSS espalhadas pelo País.

A medida inseria-se no Programa de Emergência Alimentar, promovido pelo Instituto da Segurança Social (ISS), a que as instituições responderam pronta e efetivamente.

"As instituições fizeram o que lhes competia, que era mostrar disponibilidade", refere, ao SOLIDARIEDADE, Filomena Bordalo, da CNIS.

Aliás, os números apenas confirmam esta ideia. Se em 2011 a Rede Solidária das Cantinas Sociais arrancou com 62 IPSS, em 2012 eram já 595, a servir 20 mil refeições/dia, em 2014, no pico do programa, eram 859, a servir cerca de 41 mil refeições/dia, registando-se um número de 852, em 2015, e cerca de 42 mil refeições.

O número total de protocolos, ou seja de cantinas sociais, foi, ao longo de todo o período, de 915, dado que houve umas instituições que entraram e outras que saíram do programa.

Na verdade, após o crescimento exponencial até ao pico em 2014, o número de instituições que mantêm a resposta e o número de refeições servidas tem vindo paulatinamente a decrescer. A realidade comprova-o.

São, seguramente, sinais de que a crise está a desapertar o nó em torno da população, depois de uma situação que exigiu uma resposta de emergência.

Por outro lado, o novo Governo, empossado em 2015, desde início deu sinais fortes de querer pôr fim ao programa das Cantinas Sociais. E o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social começou por fazer uma avaliação do programa, tendo concluído pela falta de controlo, pelo número de refeições excessivo nuns sítios e deficitário noutros e que as cantinas sociais serviam muito menos refeições do que o definido em protocolo com o Estado.

No entanto, há que dizer que o Estado nunca pagou refeições que não foram servidas. Ou seja, apesar do que estava protocolado, o Estado apenas pagava às IPSS da Rede Solidária das Cantinas Sociais as refeições servidas, caso estas fossem em menor ou maior número.

"As instituições fizeram o que lhes competia, que foi demonstrar, por escrito, a sua disponibilidade. Porém, o ISS e os centros distritais da Segurança Social, talvez porque era de emergência social, não tiveram preocupações de planeamento, tendo aceitado todas as disponibilidades", assinala Filomena Bordalo.

Ou seja, um (melhor) planeamento talvez tivesse obstado a que não se verificassem algumas discrepâncias territoriais na distribuição das cantinas sociais, o que depois veio a ser confirmado pela avaliação realizada pelo atual Governo.

"Mas esta falta de planeamento não é da responsabilidade das instituições", sublinha a assessora da CNIS, que lembrando que, mesmo assim, a medida foi sendo alvo de algumas melhorias, como foi a questão de identificação dos beneficiários, que passou a ter que ser feita através do NISS (Número de Identificação da Segurança Social). Há hoje ainda alguns centros distritais da Segurança Social que exigem também o nome dos beneficiários, requisito com o qual a CNIS não concorda, até porque tem implicações em matéria de proteção de dados.

Porém, a própria evolução das cantinas sociais demonstra que houve um crescimento exponencial, a que se seguiu um período de estabilização, que nos últimos tempos tem vindo a decrescer, no que é demonstrado pela avaliação realizada pelo Governo, intitulada «Programa de Emergência Alimentar - Relatório do Grupo de Trabalho».

Aqui surge a primeira crítica da CNIS, porque o grupo de trabalho que fez a avaliação não contou com a contribuição da Confederação, que nem tampouco teve conhecimento da sua realização, a não ser quando o «descobriu» na Comunicação Social.

"O relatório não teve o contributo da CNIS

e não podemos concordar com isso", afirma Filomena Bordalo, acrescentando: "É certo que este é um programa financiado pelo Governo, mas são as IPSS que o desenvolvem no terreno e em proximidade".

O relatório do Governo, de Agosto de 2016, concluiu, então, que o programa das Cantinas Sociais evidencia fragilidade na distribuição territorial, sobredimensionamento da oferta de refeições, inexistência de mecanismos sólidos de controlo da execução física e financeira e, entre outras, uma significativa rotatividade dos beneficiários, revelando que "cerca de 17.000 pessoas são beneficiárias permanentes de refeições".

Perante estas conclusões, o Governo, já no início deste ano, anunciou que gradualmente o programa de Cantinas Sociais seria substituído pelo Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), já no segundo semestre de 2017.

Refira-se, entretanto, que desde 2016 os protocolos das Cantinas Sociais têm sido sucessivamente renovados por seis meses.

Aqui chegados novos problemas surgiram, alguns levantando dificuldades sérias às instituições.

Primeiro, esclareça-se que a filosofia dos dois programas é completamente distinta, tendo como ponto comum o objetivo de suprir as carências alimentares. Assim, enquanto através da Cantina Social o beneficiário recebe uma refeição/dia já confecionada, para tomar na instituição ou na habitação própria, integrado no PO APMC o beneficiário leva um cabaz de produtos alimentares para confecionar em casa.

E aqui levanta-se um primeiro problema, pois nem todos os até agora beneficiários da Cantina Social têm condições, não só para cozinhar em casa, mas para conservar alguns dos produtos que integram o cabaz, como a carne, o peixe ou os legumes congelados, que requerem condições de refrigeração adequadas que nem todos têm. Daí que o PO APMC não seja resposta para todos os necessitados, que terão na Cantina Social a resposta mais adequada.

Prosseguindo o seu caminho de implementação do PO APMC e de redução do número de refeições servidas nas Cantinas Sociais – algo que já vem plasmado no Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2017-2018, assinado entre o Governo e as três organizações representantes das instituições sociais –, o ISS, depois de suspender os pagamentos relativos aos meses de julho, agosto e setembro, informou as IPSS, a 29 de setembro, dos novos números de refeições que cada uma teria protocoladas a partir de outubro. Recorde-se que os protocolos da Cantina Social tinham caducado a 30 de junho.

Sem critério conhecido para as reduções aplicadas, as IPSS viram-se a braços com uma situação muito delicada, pois é sobre elas que cai o ónus da «eliminação» dos beneficiários das listas da Cantina Social.

No Porto, o Centro Social da Paróquia da Areosa sofreu um corte de 66% no número de refeições. Até junho, a instituição tinha 30 refeições protocoladas, mas a 30 de setembro foi-lhe comunicado pelo ISS que em outubro serviria apenas 18 e em novembro e dezembro apenas 10.

E esta situação acontece quando ainda não está no terreno o PO APMC, programa que devia colmatar as necessidades em tempo de redução das Cantinas Sociais.

"Solicitámos à Segurança Social que nos desse uma lista com os utentes a afastar, mas, à semelhança do que aconteceu com outras instituições, não obtivemos resposta", conta Goreti Teixeira, adiantando que as técnicas do Centro elaboraram um modelo de seleção, "em que o primeiro critério é a assiduidade no levantamento das refeições".

Para além de ficarem com o ónus da seleção de quem deixa a Cantina Social, as instituições ainda têm que comunicar aos beneficiários, situação sempre constrangedora, até porque não possuem argumentos fortes para o justificar, a não ser que foi por determinação da Segurança Social. Porém, quem está no terreno são as IPSS e esse é o rosto que os utentes conhecem.

Apesar de ser uma Cantina Social com pouca expressão numérica, a verdade é que o Centro Social da Paróquia da Areosa sofre um corte de dois terços.

Nesta espécie de jogo das cadeiras, a instituição deparou-se com "duas situações aflitivas" cuja solução foi incluir os dois utentes na resposta de Centro de Dia, "para lhes assegurar as refeições".

Para Goreti Teixeira, a instituição conseguiu resolver os dois casos "porque havia vaga", mas "esta solução acaba por encarecer o esforço do Estado".

"Os números da instituição são pequenos, mas evidenciam a dimensão do corte aplicado pela Segurança Social, no nosso caso 66%", lamenta Goreti Teixeira.

Já no caso do Centro Social e Paroquial Santo Condestável, em Bragança, apesar de servir muitas mais refeições, concretamente 100 por dia, o corte é mais suave. Assim, a instituição serviu em outubro 95 refeições, em novembro 90 e em dezembro servirá apenas 85.

"Mas sempre servimos mais dos que as que estavam protocoladas", refere Pedro Guerra, porque "se as pessoas precisam nós damos".

A instituição tem também um refeitório social, para o qual já transitou alguns dos beneficiários, mas, segundo o diretor de serviços, agora terão que "apertar mais o filtro" na seleção dos utentes.

"Para nós vai ser complicado, mas sabemos que cada caso é um caso e há casos que vamos continuar a apoiar, porque percebemos que têm de continuar a ser apoiados", sustenta, deixando uma crítica ao novo paradigma de ajuda alimentar, que tarda em chegar ao terreno: "Penso que o PO APMC pode resultar em 10% dos casos. Ainda é importante as pessoas terem a comida feita, porque é sinal que comem. Darmos alimentos não significa que vão ter refeições equilibradas e uma alimentação cuidada. As condições para confecionar as refeições já são outros quinhentos".

E se a redução já levanta alguns problemas, o atraso no pagamento das refeições do terceiro trimestre do ano levantou problemas graves a algumas instituições que tiveram mesmo que interromper o fornecimento de refeições a quem precisava.

Acresce que a redução determinada pelo ISS teve efeitos retroativos, ou seja, há instituições que viram a diminuição aplicada a partir de outubro ter efeitos desde de julho. Isto fez com que muitas instituições servissem durante três meses o mesmo número de refeições que estava acordado até junho, pois a redução só foi comunicada a 30 de setembro, não lhes sendo agora pago esse excedente.

Entretanto, o ISS tem vindo a regularizar esse atraso, mas há instituições que ainda não receberam a totalidade das verbas relativas ao terceiro trimestre.

O propósito do Governo é que, nesta primeira fase de redução (administrativa), o número de refeições se fixe nas 22 mil, mas enquanto isso, continua por ir para o terreno o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, que pretende implementar o novo paradigma na ajuda alimentar a quem mais precisa.

CNIS avaliou medida logo em 2012

Logo em 2012, a CNIS realizou uma primeira avaliação do programa junto das suas filiadas. Nesse ano, das 595 IPSS aderentes, 324 (54,45%) eram associadas da CNIS.

"A grande maioria das IPSS considera a Cantina Social como uma medida que responde de forma ágil e muito positiva a um grupo cada vez maior de pessoas com carências alimentares, minorando o impacto da atual crise económica", pode ler-se nas conclusões da referida avaliação.

As instituições consideraram ainda que a medida tinha impacto a três níveis: dos beneficiários, "garantindo o suprimento das necessidades básicas alimentares" e "prevenindo situações de rutura familiar"; da comunidade, que se sente "comprometida na concretização" e adota uma atitude colaborativa; e das instituições, pela otimização de recursos e por terem, assim, "mais um instrumento de ação".

Por outro lado, apontavam como principal dificuldade a "dispersão geográfica e a consequente dificuldade de acesso para os beneficiários, especialmente, das zonas rurais".

Do inquérito às IPSS, a CNIS concluiu ainda que aquelas sentiam uma grande preocupação em abranger os "novos pobres", ou seja, os da chamada "pobreza envergonhada".

A esta altura, a CNIS pôde ainda confirmar que as IPSS têm, de facto, capacidade técnica e humana para avaliar a realidade social e económica das comunidades, ou seja, a seleção de beneficiários da resposta foi bem feita, já que recolheu a concordância da Segurança Social.

"Esta confiança e reconhecimento acarretam ainda maior responsabilidade às instituições e aos serviços distritais da Segurança Social", conclui Filomena Bordalo.

No final, a CNIS fazia uma série de propostas que incidiam essencialmente na organização e funcionamento da medida, na articulação com a Segurança Social e na articulação interinstitucional, que potenciou, entretanto, um conjunto parcerias entre as IPSS, especialmente em meio rural.

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

"Canteiros de paz em cenários de guerras"

À medida que nos aproximamos do Natal, vamos sendo inundados por imagens e mensagens que despertam em cada pessoa, em cada família e em cada comunidade humana, sentimentos e vibrações que se cruzam nos nossos corações, abrindo-os a expressões de fraternidade, solidariedade, esperança e concórdia.

As decorações das nossas cidades e a animação das grandes superfícies comerciais, assim como as celebrações religiosas e festas natalícias que sempre acontecem nesta quadra, e são especialmente vividas e participadas pelas crianças, acabam por nos contagiar a todos com a beleza das cores, a alegria das músicas e a sã convivência entre as pessoas, que, por esta via, experienciam a verdadeira mensagem do Natal, a FRATERNIDADE!

Bom natal: que o Natal/2017 reforce em cada um de nós a utopia profética da "esperança" num mundo e num tempo em que, apesar de muitos sinais contraditórios, ainda não deixaram apagar o rosto de Deus que faz de cada pessoa um ser humano e divino em permanente peregrinação para a Terra Prometida!

Feliz Ano Novo: por iniciativa da Igreja Católica, o primeiro dia do mês de janeiro de cada ano é declarado como DIA DA PAZ que, todos os anos, nos interpela com uma mensagem do Papa!

À semelhança dos seus antecessores, também o Papa Francisco partilhou connosco o que pensa e deseja para o novo ano de 2018.

Começa por recordar o que mais o preocupa: "os 250 milhões de migrantes no mundo, dos quais 22 milhões e meio são refugiados".

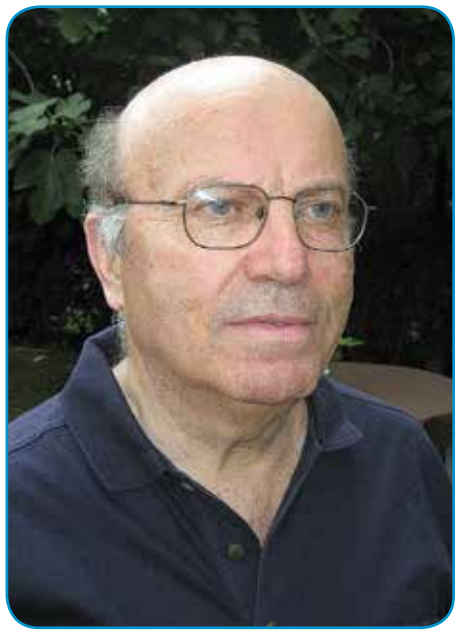
Confessa a sua convicção de que as migrações globais continuarão a marcar o nosso futuro. E vais mais longe ao afirmar: " alguns consideram-nas uma ameaça…eu, pelo contrário, convido-vos a vê-las com um olhar repleto de confiança, como oportunidade para construir um futuro de paz".

O Papa Francisco recorre a Isaías e ao Apocalipse para nos recordar que "o mundo deve ser uma cidade com as portas sempre abertas para deixar entrar gente de todas nações".

Vai mais longe o Papa Francisco ao profetizar que "quem estiver animado por este olhar sobre o Mundo como uma casa comum, será capaz de reconhecer rebentos de paz que já estão a despontar e cuidará do seu crescimento, transformando as nossas cidades em canteiros de paz"!

Pura utopia ou ousadia profética no anúncio de novos tempos?

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



A dúvida que permanece

Parece que, desta vez, é verdade: aos noventa e três anos de idade, Robert Mugabe deixou de ser o chefe de estado mais velho do continente africano e um dos mais velhos do mundo. Depois de muitas pressões e algumas reviravoltas, o líder histórico do ZANU-PF anunciou que não vai concorrer às próximas eleições presidenciais, pondo de lado a hipótese de continuar no cargo que vinha ocupando desde 1980, como era seu desejo. O facto de o seu partido lhe retirar o apoio, ameaçando-o mesmo de que ou se demitia ou seria demitido, acabou por ter o efeito desejado pela grande maioria dos cidadãos do país e pela comunidade internacional

A imagem de Mugabe foi-se degradando, ao longo do tempo. Era a imagem de um homem cujo apego ao poder parecia superar todas as suas deficiências, físicas e não só, e ainda os fracassos da sua governação. Totalmente dependente da sua segunda mulher, Grace, Mugabe acabou por pagar os efeitos da antipatia que esta foi gerando entre os cidadãos do país em geral, e mesmo junto dos próprios militantes da ZANU e dos antigos combatentes que ele liderou.

O mais espantoso na história de Mugabe foi a sua capacidade de resistir tanto tempo às críticas internas e externas que se faziam à sua liderança e à governação do país. Isto porque, quando chegou ao poder, a antiga Rodésia tinha todas as condições para continuar a ser, como foi no tempo da colonização inglesa, uma das regiões mais ricas do continente africano, mas que ele conseguiu transformar num estado incapaz de produzir o suficiente para alimentar o seu povo. A principal razão para esta mudança foi uma reforma agrária concebida prioritariamente para benefício dos antigos companheiros da luta armada, e que resultou num verdadeiro desastre. Sobretudo porque obrigou ao êxodo forçado da grande maioria dos antigos colonos que garantiam os excedentes da produção agrícola do país e, com isso, as suas indispensáveis reservas monetárias.

Os novos senhores pouco fizeram ao longo dos anos, para além de gozar o seu novo estatuto de proprietários, e de garantir a fidelidade política ao seu generoso benfeitor, cujo poder absoluto eles foram sustentando ao longo do tempo. Pelo menos até há poucas semanas, quando deixaram claro que já estavam fartos dele e da sua segunda mulher. Triste fim para o herói da independência de um país que tinha todas as condições para ser um dos mais prósperos do continente africano, mas que hoje está no fundo da lista dos mais pobres. Resta saber se o seu sucessor e ex-companheiro de governação e ideologia será capaz de fazer a diferença…

HENRIQUE RODRIGUES
Presidente do
Centro Social de Ermesinde

Parabéns a quem?

1 - O Governo resolveu festejar os dois anos que leva de vida.

Percebe-se a vontade festiva: há dois anos, poucos auguravam vida longa à geringonça, condenada a balançar entre o virar da página da austeridade (com reversão das medidas tomadas durante o Governo da troika) e o compromisso com as regras europeias, nomeadamente quanto ao controlo do défice, ao cumprimento do tratado orçamental e à diminuição da dívida.

No entanto, a parte predominante deste período correu realmente bem: o desemprego tem diminuído em termos mais amplos do que o esperado, com criação líquida de postos de trabalho, a economia cresce com passada certa, o clima social tem sido pacífico – como combinação de dois factores: em primeiro lugar, a efectiva restituição de rendimentos nos escalões mais baixos, replicando o que fizera Passos Coelho; por outro, o preço a pagar pelo PCP pela integração na solução parlamentar de Governo …

Até a Selecção Nacional ganhou o Campeonato da Europa, assim colaborando no suplemento de alma que a nova solução de Governo induzia – como geralmente sucede com as novas soluções de Governo, sejam quais sejam, em todos os tempos.

Mais vale cair em graça do que ser engraçado … e, na verdade, até há pouco tempo, pareceria que todos os elementos se conjugavam para levar a nau a bom porto e à bolina.

Chamam a essa conjunção favorável "estado de graça" – expressão que, no meu tempo de rapaz, significava o estado da alma após a confissão, depois de feita a barrela dos pecados.

(Não sei se vai bem a entidades tão sujeitas à tentação e ao pecado, como são os Governos – e quem detém poder em geral –, esta homologia com a alma lavada …?)

2 – Parece, no entanto, consensual que esse clima acabou.

O "clic" foram os incêndios de Junho e Outubro.

Não interessa agora muito, na perspectiva da percepção colectiva, saber se a culpa foi do Governo em funções, ou de outros anteriores, ou de todos – nem se o Governo está a fazer o que pode para mitigar os danos (os que podem ser mitigados …).

O Estado falhou na protecção que deve aos seus cidadãos.

E, por mais que o Governo apresente medidas para nos convencer de que faz o que pode, o corte entre quem manda e quem é mandado permanece como uma cicatriz na relação entre eleitores e eleitos.

Como escreveu Alexandre O'Neill: "Você tem-me cavalgado/seu safado! /Você tem-me cavalgado,/mas nem por isso me pôs/ a pensar como você.//Que uma coisa pensa o cavalo;/ outra quem está a montá-lo."

Ora, com efeito, a desgraça dos incêndios – e, talvez com maior probabilidade, o ralhete do Presidente da República – parece ter tirado a lucidez e o senso comum aos que nos pastoreiam no turno actual, fazendo encavalitar nessa infeliz reacção à tragédia uma sucessão de inabilidades – para utilizar um vocábulo piedoso.

(Sou do Porto, entendo que a Região Norte tem sido maltratada pelos sucessivos Governos, defendo a regionalização política e administrativa do País – mas preferia ter sido poupado à coreografia e encenação a propósito da transferência, que não se fará, mas fingirá fazer-se, do INFARMED para o Porto.

Fiquei, pelo menos, a saber que o INFARMED tem dos melhores técnicos e laboratórios do mundo – para variar, somos sempre os melhores … -, o que permite, por esta via, falar do INFARMED sem ser a propósito dos concursos para atribuição de alvarás às farmácias, sector onde as notícias não têm sido tão benevolentes.)

Finalmente, a aprovação final do Orçamento de Estado para 2018 trouxe à luz uma outra linha de fractura, mas agora fractura interna, dentro da própria geringonça: a fractura que separa, como um abismo, o PS dos parceiros da coligação, quanto ao corte nas rendas das grandes produtoras e distribuidoras de electricidade e que exigiu a intervenção do próprio Primeiro-Ministro.

A fractura da factura.

Como nos recordamos, não obstante as suas sabidas malfeitorias, a própria troika aconselhou o Governo de Passos Coelho a cortar na factura energética, diminuindo de forma significativa o montante das rendas pagas à EDP – e outras empresas do ramo -, a título de compensação pelo investimento em energias renováveis.

Passos Coelho, nesse particular, não foi além da troika – pelo contrário, ficou muito aquém; e António Costa acabou por nos vir lembrar que não é só nas políticas europeias que o PS nunca se encontrará com os partidos que, à sua esquerda, suportam o Governo, subsistindo zonas de convergência com o PSD/CDS também no tributo ao grande capital.

3 – Ora, em meu entender, em tempo de luto não se fazem festas – nem o clima geral permanece tão efusivo que justifique essa espécie de alegria obrigatória que as festas também são.

Festejar o quê? Festejar com quem?

Até Junho passado, com certeza: não havia sombras nem pesar, o ar estava límpido, as pessoas felizes, a esperança de um futuro melhor constituía um anseio colectivo e generalizado.

E festejar com quem?

Pois só pode ser com o País…

Então não estamos cá todos?

Não se nos aplicam as medidas favoráveis do Governo?

Não estamos sujeitos às más?

Se a festa era para louvores e congratulações pelos dois anos, só aquele grupo mereceu o convite?

E se era para avaliação e crítica – com vista à melhoria -, não teríamos todos direito a dar palpites?

Com efeito, não foi tanto o facto de o Governo ter patrocinado um painel escolhido, pagando-se-lhes 200 euros por cabeça e por pergunta.

Se foi o Estado a pagar, está evidentemente mal; mas isso é o menos.

Habituados que estamos a pagar milhares de milhões de euros para resgate de bancos e banqueiros, para pagamentos das rendas das empresas de electricidade ou das parcerias público-privadas, os trocados pagos aos membros do painel não aquentam nem arrefentam.

É a fita, é a encenação, é a coreografia, que dói.

Perdoe-se-me a palavra, mas é a que encontro que melhor se adequa à função: é a pelintrice.

4 – Quanto à fractura: oh! Geringonça, quem há-de "Cerzir /tua discreta/cicatriz/e diluir-/lhe os sulcos/sem raiz"(a)?

Adivinho que não será o Presidente da República.

(a) José Augusto Seabra, Tempo Táctil

CENTRO SOCIAL DE CAMBRA, VOUZELA

Porto seguro da população nos incêndios é porto de abrigo de quem menos tem

O Centro Social de Cambra esteve no olho do furacão dos mortíferos e devastadores incêndios de 15 de outubro, tendo servido de porto seguro para a população de Cambra. É que apesar de instada por Viseu a evacuar o equipamento, a instituição albergou a população obrigada a fugir da igreja face à proximidade das chamas, que rodeavam e ameaçavam o povoado. Mas a sua ação em Cambra, não foi pontual na tragédia, já que tem duas décadas de trabalho no terreno, acudindo às necessidades de uma população envelhecida e isolada.

No dia 15 de outubro, o Centro Social de Cambra, concelho de Vouzela, acolheu cerca de duas centenas de pessoas nessa noite, manteve o apoio durante mais algumas semanas a cerca de meia dúzia de desalojados e tem servido de polo de distribuição de bens a quem tudo perdeu.

"Pudemos ser um apoio porque estamos cá e pudemos ajudar no esforço coletivo de apoiar nesta tragédia", sublinha Lopes de Almeida, presidente da instituição, que tem acolhido em Centro de Dia mais quatro pessoas, que tudo perderam nos incêndios e que pernoitam na Casa Marista e Albergue de São Macário, em Vouzela.

Este apoio que a instituição deu e tem dado à população não é mais do que o compromisso que tem com a população, ou seja, apoiar no que puder.

Foi assim que nasceu, no ano de 1997, portanto há 20 anos, apesar de só ter começado a funcionar dois anos depois, com um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Isto porque o envelhecimento e isolamento da população começava a ser uma realidade muito presente.

"Com a erosão das atividades agrícolas, pecuárias e até silvícolas, os jovens ativos tiveram que emigrar, ir para longe ou trabalhar nas zonas industriais, deixando os mais velhos sós", sustenta Lopes de Almeida, recordando a necessidade de criação de um polo social na freguesia.

Apesar de praticamente nenhum dos dirigentes fundadores ter experiência na área, a não ser Lurdes Fernandes, que teve o trabalho pioneiro de caracterização social da freguesia de Cambra, o grupo decidiu avançar.

"A doutora Lurdes Fernandes fez um levantamento de todas as povoações, do número de idosos, dos que estavam mais ou menos isolados, das carências habitacionais, um estudo muito completo, que facultou ao CDSS de Viseu e que as técnicas apresentaram superiormente, tendo sido decidida a criação do Centro Social", conta o presidente da instituição, que concorda com o arranque inicial: "A prioridade, e bem, foi dada ao Apoio Domiciliário para que as pessoas

pudessem e possam manter-se nas suas casas. Celebrou-se um Acordo de Cooperação, a Segurança Social deu apoio técnico e avançou-se numas instalações emprestadas pela Associação Cultural e Recreativa de Cambra, fruto de um protocolo entre as duas entidades".

As obras nas instalações emprestadas e a aquisição da primeira carrinha foram feitas com donativos de um grupo de amigos de Cambra, tendo depois a instituição adquirido outra carrinha, "porque havia ainda a necessidade de se fazer o transporte escolar na freguesia", que começou logo em 1998.

O Centro Social estabeleceu aí o primeiro Acordo de Cooperação para 20 utentes em SAD. "Em poucos meses, apesar das desconfianças iniciais, porque as pessoas nem sabiam o que era o SAD, as vagas ficaram preenchidas", lembra Lopes de Almeida.

Segue-se uma nova fase na vida da instituição, com a construção das primeiras instalações. Ao abrigo do III Quadro Comunitário de Apoio, a instituição apresentou uma candidatura ao POEFDS (Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social), recebeu

a doação de um terreno da Câmara Municipal de Vouzela e avançou para a construção de um edifício próprio.

"Mas estávamos em tempo de vacas gordas, porque o apoio era a 90% a fundo perdido. Um apoio que administrámos criteriosamente até ao último tostão. Nessa altura nem sentimos o pagamento dos 10% que cabia à instituição", recorda o líder da instituição.

Foram, então, estabelecidos novos Acordos

de Cooperação para as respostas de Centro de Dia (10) e Creche (24) e ainda o alargamento do SAD para 35. Nesta altura nasceu também um ATL, mas com o prolongamento do horário escolar, acabou por se extinguir três anos depois.

O espaço do ATL serviu para alargar a creche, que agora tem uma capacidade para 42 crianças.

"As respostas funcionaram bem, com altos e baixos, porque estes percursos não são fáceis. Trata-se de uma atividade cuja gestão é muito difícil. As despesas são elásticas, porque estão sujeitas à lei do mercado, mas as receitas não são elásticas, porque temos, e bem, limites legais àquilo que podemos pedir aos utentes. Mas mesmo que não houvesse limites legais, há os limites naturais e até morais. A média da nossa população não pode pagar os valores do internamento em ERPI, porque não tem condições. Têm que estar inseridos em Acordo de Cooperação ou não terão hipótese de ter essa proteção social", assegura o presidente.

Um terceiro momento no crescimento da instituição é a construção do lar, um objetivo que esteve desde início presente nas mentes dos fundadores.

"Logo desde o princípio ficou estabelecido por nós que a instituição teria que ter um lar. Não havia vagas em nenhum dos dois únicos lares da região. Quando os nossos utentes do Apoio Domiciliário, que por causa desse apoio vivem mais tempo, chegavam a um ponto mais necessitado, os familiares tinham que os levar para o Caramulo, para a Guarda ou para outros locais, porque aqui não havia resposta. E logo em 2005 começámos a trabalhar para o lar", recorda Lopes de Almeida.

Então, a instituição adquiriu o terreno contíguo ao edifício que já havia construído, e com uma candidatura ao POPH, que patrocinava 60%, a instituição avançou, com um projeto de cerca de 1,4 milhões de euros.

"Já no decurso da construção, o apoio do POPH passou para 75%, mas tivemos que recorrer a um empréstimo bancário de 700 mil euros, que neste momento já foi amortizado em quase 300 mil euros", revela o presidente, recordando que "um ano depois da abertura a ERPI já tinha a lotação completa".

"E foi assim propositadamente", afirma João Taborda, vice-presidente, explicando: "Primeiro admitimos o núcleo inicial de trabalhadores, que foram estagiar noutras instituições e, depois, fomos gerindo a lista de espera e admitindo utentes lentamente, para criar rotinas e as pessoas se habituarem aos ritmos de trabalho. Por isso, foram seis ou sete meses até encherm-mos a casa".

Agindo numa região em que há muito poucas empresas, e apesar de estar na interseção de três grandes zonas industriais – Campia, Oliveira de Frades e Vouzela –, "o Centro Social é o maior empregador da freguesia".

Mesmo assim, a instituição sente dificuldades em recrutar pessoal na zona, e já tem recrutado a cerca de 20, 30 quilómetros de distância.

"É difícil encontrar pessoal com este tipo de vocação, porque este não é um trabalho fácil. Para a creche é mais fácil, mas para o lar é muito complicado, porque as pessoas não têm formação, nem vocação", argumenta João Taborda, lembrando o presidente: "Tratar de uma parte das pessoas que aqui temos é um trabalho de enfermagem, não é uma prestação de serviços".

E como está a saúde financeira do Centro?

"Olhando à diferença entre o que recebemos efetivamente do Estado, dos utentes, de donativos e das quotas dos associados e às despesas efetivas, sem amortizações, o resultado tem sido sempre positivo. Agora, repor carrinhas, como é necessário, isso terá que ser pensado no futuro por quem cá estiver, porque agora não há condições", sustenta Lopes de Almeida.

Já João Taborda considera que, "em termos gerais, a instituição pode dar uns trocos de prejuízo, mas na prática tem havido saldo, até porque tem amortizado e pago o empréstimo sem falhas. A intenção é pagar o empréstimo rapidamente, para livrar a instituição desse peso mensal", acrescentando: "Em termos financeiros, acho que estamos muito bem. Há instituições por aí que se têm visto aflitas".

Quanto ao futuro, o presidente é perentório: "Para mim, o principal projeto, que a Direção ainda não aprovou, é o alargamento do lar. Sinto e todos sentimos que essa é uma necessidade, mantendo-se os índices de procura dos últimos anos. Por isso, defendo a construção de um andar superior no edifício antigo, que já foi projetado para poder acolher esta opção, que fica ao nível deste, ficando a ser necessário apenas um túnel de ligação entre os dois edifícios".

Seriam mais entre 10 a 12 quartos, o que permitiria à instituição "ter um polo de quartos diferentes, para as pessoas mais autónomas".

E como o sonho é que comanda a vida, "há um outro projeto, mas com este já é entrar no caminho da utopia", diz Lopes de Almeida, explicando-se: "Primeiro, há que dizer que sem utopia ainda andaríamos em cima das árvores… O projeto é aproveitarmos o terreno que temos e alargar o espaço social, com uma sala com aparelhos de manutenção física e umas lojas. Obviamente não daria grande fruto financeiro, mas seria um centro de convívio e chamariz de pessoas".

Atualmente, o Centro Social de Cambra acolhe 30 crianças em creche, 10 utentes em Centro de Dia, 35 em SAD e 42 em ERPI, com uma equipa de 51 trabalhadores a que acrescem mais cinco prestadores de serviço e estagiários.

Com uma zona envolvente bastante atrativa, a instituição transformou-a em circuito de manutenção e espaço de lazer, um projeto que recolheu a designação de Natureza ConVida e que é de grande agrado dos utentes das respostas sociais do Centro Social.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS

- SINAL MAIS
- GERTAL ITAU
- SOGENAVE
- STRONG ALARMIBÉRICA S.O.V. INFRASECUR CHARON TAMPER
- UPK CLIMAMOR
- B2B
- CERGER
- FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE
- IBERLIM NOVA SERVIÇOS
- PAPIRO
- VIVAMAIS
- SERDIAL
- BIOSOG
- TICKET SERVIÇOS FLEXBEN
- A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.

Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

CHARON
Alvarás: 32 A | 32 B | 32 C

S.O.V.
Alvarás: 14 A | 14 C

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX.: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS

TRIVALOR

PRÉMIO MANUEL ANTÓNIO DA MOTA

Associação de Matosinhos recebe 50 mil euros por trabalho com jovens que deixam ensino precocemente

A Associação para a Educação de Segunda Oportunidade de Matosinhos, dedicada à formação de jovens saídos precocemente do sistema de ensino, ganhou hoje o Prémio Manuel António da Mota no valor de 50 mil euros.

A associação galardoada fundou em 2008 a Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos, no âmbito da rede europeia de "2nd Chance Schools". Atende em cada ano cerca de 70 jovens entre os 15 e os 25 anos, residentes em Matosinhos e noutros concelhos do Grande Porto, que abandonaram a escola com baixas qualificações, ou que estão desempregados ou em ocupações precárias e em risco de exclusão social.

A Escola de Segunda Oportunidade é um projeto pioneiro em Portugal, com "forte potencial de replicação e aspirando a tornar-se uma referência na resposta ao segmento da população juvenil que não trabalha ou estuda nem se encontra em formação", refere a organização do evento, que, ao distinguir esta instituição, pretende enaltecer os esforços desenvolvidos nos domínios da luta contra a pobreza e exclusão social, em particular das crianças, jovens e famílias.

O 2.º e 3.º lugares do Prémio Manuel da Mota foram para a Associação RECOVERY IPSS, com um prémio de 25 mil euros, e para o G.A.TO -- Grupo de Ajuda a Toxicodependentes, com um prémio de 10 mil euros, respetivamente.

O evento distinguiu ainda sete instituições com uma menção honrosa, entregando cinco mil euros à Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal, Associação para o Planeamento da Família, Centro Social e Cultural São Pedro de Bairro, Crianças da Vila - Associação de Proteção de Menores e da Família, Fundação do Gil, Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canaveses e Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua.

Este ano em 8.ª edição, o Prémio Manuel António da Mota tem como lema "Portugal Futuro".

Em 2016, o Prémio Manuel António da Mota foi para a Raríssimas, a Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras, criada em 2002, com sede em Lisboa e com a missão de "apoiar doentes e famílias que convivem de perto com as doenças raras, procurando entre outros objetivos a divulgação, informação e sensibilização pública sobre as doenças raras.

A Fundação Manuel António da Mota foi criada para homenagear e dar continuidade ao legado de Manuel António da Mota, fundador da empresa Mota & Companhia, atual Mota-Engil, falecido em 1995.

Declarada de utilidade pública em 2014, a Fundação Manuel António da Mota apoia inúmeras iniciativas no âmbito do desenvolvimento e solidariedade sociais, habitação, saúde, educação, formação e cultura, em Portugal e nos países onde se encontra presente.

A entidade responsável pela implementação e gestão do Prémio Manuel António da Mota assume-se como um instrumento privilegiado da estratégia de responsabilidade social do Grupo Mota-Engil.

ENTRE 2014 E 2016

Aumentou muito o número de utentes de IPSS que esteve sem comer durante um dia inteiro

O número de pessoas assistidas por instituições que esteve "uma vez ou outra" sem comer durante um dia inteiro "aumentou de forma significativa" entre 2014 e 2016, passando de 18% para 26%, revela um estudo da Universidade Católica.

Realizado pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica, em parceria com o Banco Alimentar Contra a Fome e a Entrajuda, o estudo faz parte de um projeto iniciado em 2010, que tem sido repetido de dois em dois anos a uma amostra de instituições, permitindo acompanhar a evolução de famílias que assistem.

Segundo o estudo "Utentes de instituições de solidariedade social - Uma abordagem à Pobreza nesta população", são os inquiridos com idades entre os 41 e os 65 anos que mais referiram ter estado algum dia inteiro sem comer (37%).

A percentagem de inquiridos que refere que "às vezes" não teve dinheiro para ter comida até ao fim do mês também tem vindo a aumentar ao longo dos quatro anos atingindo 46% em 2016.

"Regista-se assim, em 2016, um ligeiro agravamento das carências alimentares, quando se comparam os resultados com os de 2014, não alcançando, contudo, os valores mais negativos de 2012", sublinha o estudo, que apresenta os resultados de 1.466 inquéritos a famílias recolhidos em finais de 2016.

Mais de metade (51%) das famílias recebe apoio de uma instituição há mais de dois anos e 22% entre um e dois anos, sendo a alimentação o principal apoio recebido (85%).

O estudo também analisou a situação das crianças portuguesas, que se encontram "entre as mais vulneráveis da União Europeia", sendo Portugal o país com a oitava maior taxa de pobreza infantil (18,2%).

De acordo com o estudo, 42% das famílias têm crianças e adolescentes a frequentar a escola, correspondendo a 614 famílias e 876 crianças.

Destas crianças e jovens, 36% já reprovaram pelo menos uma vez durante o seu percurso escolar (21% uma vez e 10% duas vezes), uma taxa significativamente superior à média nacional (13%), "valores preocupantes pelas consequências que têm de perpetuação da pobreza".

"Outra das consequências desta condição económica, muitas vezes aliada ao insucesso escolar, diz respeito aos percursos escolares interrompidos, frequentemente por vontade própria", salienta o estudo.

Dos jovens a entrar na idade adulta (16-17 anos), 31% disseram que pretendem ir trabalhar quando terminarem o secundário, 30% querem prosseguir os estudos no ensino profissional e 22% desejam ir para a universidade.

Dez por cento dos inquiridos referiram que os seus filhos são "muitas vezes ou todos os dias discriminados pelos colegas devido à sua condição económica" e 52% confessaram que "raramente" ou "nunca" conseguem comprar o material necessário para as atividades escolares do menor a seu cargo.

Quase metade dos inquiridos (46%) considera que a sua vida está pior do que estava há cinco anos, apesar de este valor ter decrescido em relação a 2014 (55%). Quando olham o futuro, 41% consideram que a sua vida estará igual e 34% esperam que estará melhor

O estudo conclui que, "embora em questões mais objetivas como é o caso do rendimento, das carências alimentares, se verifique a manutenção da situação, ou até um ligeiro agravamento, face às edições anteriores, em dimensões mais subjetivas, parece haver uma ligeira melhoria das condições de vida dos indivíduos ou pelo menos da perceção que estes têm acerca daquelas".

MINISTRO DA SOLIDARIEDADE

Número de portugueses que se encontra a viver em dificuldades severas diminuiu significativamente em 2017

O ministro da Solidariedade defendeu que os mais recentes dados oficiais demonstram que está em curso em Portugal uma "dinâmica" de redução das desigualdades sociais, com descida da taxa de pobreza, sobretudo de jovens e idosos.

Vieira da Silva falava no final do Conselho de Ministros, onde apresentou uma exposição na sequência da divulgação de dados oficiais sobre rendimentos e condições de vida, no âmbito do modelo europeu de combate às desigualdades.

Este conjunto de indicadores agora divulgados, segundo o membro do executivo, "demonstram uma dinâmica no sentido da correção das desigualdades, com uma diminuição da distância entre os mais ricos e os mais pobres em Portugal".

"Mas, sabemos que as desigualdades são ainda muito pesadas e que há ainda muito por fazer", ressalvou logo a seguir Vieira da Silva.

Perante os jornalistas, o ministro da Solidariedade começou por referir que os dados relativos a rendimentos agora divulgados têm como ano de referência 2016, "o primeiro ano de exercício completo do atual Governo", enquanto os dados de natureza não monetária referem-se a 2017, "o que permite aferir o impacto de políticas dos últimos dois anos".

"Há uma redução de 0,7 pontos percentuais da taxa de pobreza em Portugal, que é a descida mais significativa desde o período 2007/2008 e que se fez sentir sobretudo nos mais jovens. Embora Portugal mantenha ainda níveis de pobreza em vários setores, mesmo assim estes dados são encorajadores, porque registaram-se também melhorias significativas em 2016 no que respeita à pobreza dos idosos", disse.

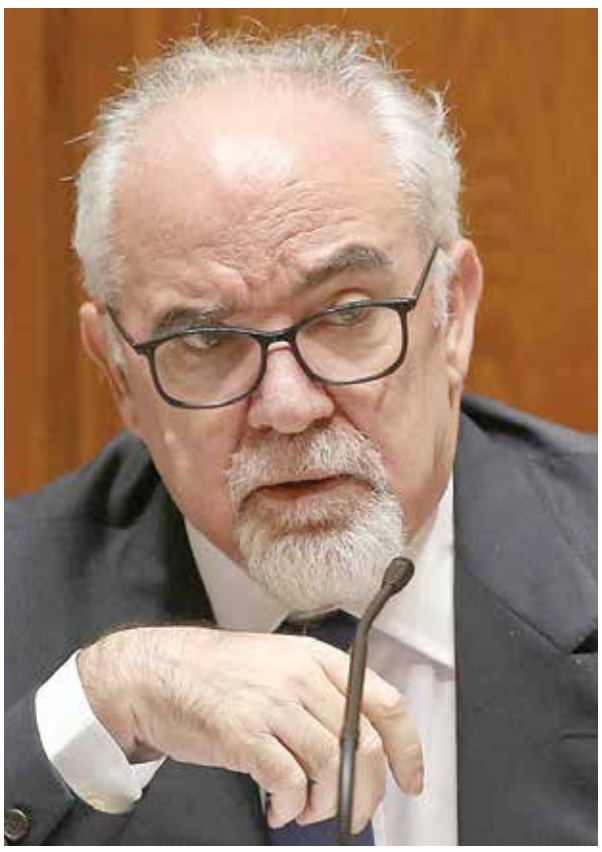
De acordo com o membro do Governo, nesta matéria social, "há a consciência" da parte do executivo que, quer no que toca a dados sobre pobreza, quer no que respeita a dados sobre desigualdades, embora se registe uma evolução geral positiva, "é ainda uma situação que requer um elevado esforço coletivo em termos de melhorias salariais e das políticas sociais".

"É preciso progredirmos mais e mais rapidamente", frisou.

No que se refere aos dados já conhecidos de 2017 em matéria de combate às desigualdades, o ministro da Solidariedade classificou-os como "ainda mais positivos".

"A chamada taxa de privação - relativa ao número de portugueses que se encontra a viver em dificuldades severas - diminuiu significativamente em 2017 face a 2016 e 2015", apontou.

Esta evolução, segundo a perspetiva de Vieira da Silva, "quer dizer que, quando a estes indicadores forem aplicados todo o conjunto de mudanças que se produziram ao longo deste ano, seguramente, se registará uma melhoria ainda mais significativa dos indicadores sociais do país".



José Figueiredo
Economista

1. As Grandes da Tecnologia: O Assalto Fiscal

O tema das grandes empresas tecnológicas, das quais as mais conhecidas se abrigam sob a sigla FANG (Facebook, Amazon, Apple, Netflix e Google), é um tema inescapável, desde logo pela dimensão colossal que essas empresas atingiram mas, sobretudo, pela forma como os seus produtos e serviços influenciam e condicionam a vida de biliões de seres humanos.

Para se ter uma ideia da dimensão do fenómeno "tecnológico" bastará um pequeno conjunto de indicadores.

Em 2006, entre as 20 maiores capitalizações bolsistas do mundo havia apenas uma empresa tecnológica que valia 7% do total do top20. Atualmente, entre as 20 maiores, há 8 tecnológicas que valem 54% do total do top 20. Entre 2008 e 2016 as 5 maiores companhias de retalho eletrónico cresceram 32% ao ano enquanto as tradicionais retalhistas dos "bricks&mortars" cresciam a 1% ao ano.

Das 8 magníficas tecnológicas, 5 são americanas, 2 chinesas e 1 sul coreana e (oooppps!...) nenhuma europeia. A primeira tecnológica europeia, a SAP, é ranking 60 nas 100 maiores empresas do mundo.

Parece-me indesmentível que o ascenso da "tecnologia" nos trouxe muitas coisas boas. Contudo, tem um lado negro, ou melhor, tem um bom par de lados negros.

Hoje gostaria de tratar de um desses lados sombrios: o assalto fiscal. As empresas tecnológicas ganham imenso dinheiro. Só as 5 magníficas FANG terão este ano lucros líquidos não muito longe de 100 biliões de dólares, qualquer coisa como metade do PIB português. Em contrapartida, a conta fiscal efetiva destas empresas é muito pequena. Trata-se de um escândalo sem nome.

É verdade que o problema da evasão fiscal não é um problema exclusivo das empresas tecnológicas, é um problema global e transversal a todo o tipo de atividades.

A possibilidade da evasão fiscal "limpa" dos nossos dias deriva de múltiplos fatores, mas gostaria de mencionar dois: o primeiro é a progressiva desmaterialização do valor, o segundo é a extrema diversidade de regimes fiscais que existe no mundo atual.

De facto, as regras fiscais atuais referem-se a um mundo de há um século quando as transações eram essencialmente físicas e implicavam estabelecimentos permanentes.

Não que, mesmo nesses bons velhos tempos, não fosse possível fazer planeamento fiscal – na verdade, sempre se fez. As multinacionais sempre puderam transferir resultados para locais convenientes, por razões fiscais ou outras, recorrendo, por exemplo, a sobre e subfacturação. Só que tudo isso tinha limites. Embora os incentivos da multinacional e agilidade dos seus agentes fosse seguramente superior à dos guardas-fiscais, a verdade é que todos sabiam que, para lá de certos limites, o risco seria muito grande.

No entanto, as empresas tecnológicas, dado o carácter imaterial daquilo que vendem, dado o facto de a fonte da riqueza ser sobretudo informação (dados) e propriedade intelectual e porque não necessitam para o seu comércio de estabelecimento físicos nos locais onde as transações decorrem, estão particularmente "calhadas" para a evasão fiscal em larga escala e feita com toda a "limpeza".

Dois exemplos muito simples.

Ainda há poucos anos comprávamos livros nas livrarias. Hoje podemos comprar ebooks que são meros ficheiros de informação sem qualquer suporte físico. Mas mesmo que compremos o objeto físico podemos fazê-lo pela Amazon, sem qualquer interferência de agentes económicos locais, a menos da empresa de transportes que faz a entrega dos packs em nossas casas.

Não há nada de mais "local" que o alojamento hoteleiro. Contudo, a transação dos hotéis é hoje em larga medida global e desmaterializada. Nos bons velhos tempos comprávamos o hotel numa agência de viagens local que captava parte da margem do negócio, em geral através de uma comissão de agência, que somava ao PIB e aos impostos locais, hoje compramos na Booking e nem sequer sabemos onde as margens estão a ser formadas e sob que regime fiscal são tributadas.

A progressiva desmaterialização e deslocalização do valor e abundante oferta de regimes fiscais amigáveis, fez das empresas tecnológicas as maiores beneficiárias da evasão limpa aos impostos.

O caso da Apple na Irlanda é particularmente expressivo. A Apple criou uma estrutura corporativa na Irlanda, a Apple Sales International (ASI) para onde são canalizados o essencial dos lucros da venda dos smartphones na Europa, Médio Oriente, África e Índia. A ASI compreende uma operação "normal", com funcionários e instalações físicas para regular a operação, e um head office que não tem nem instalações físicas nem empregados. Em 2011, por exemplo, dos 16 biliões de lucros da ASI, apenas 50 milhões foram alocados à operação "normal" que pagou 10 milhões em impostos. Tudo o resto foi alocado ao head office que, de acordo com o tratado fiscal com a Irlanda, não paga impostos. Feitas as contas os 10 milhões de impostos pagos representam cerca de 0,06% dos lucros consolidados da estrutura corporativa ASI.

Esta imoralidade é absolutamente legal. Se Margrethe Vestager, a Comissária Europeia da Concorrência, encontrou uma ponta por onde lhes pegar não foi nos impostos, foi no quadro da concorrência, ou seja, dizendo que a Irlanda concedeu à Apple um benefício ilegítimo, ilegítimo porque não está disponível para os concorrentes e, desse modo, é possível arguir concorrência desleal.

A indignação serve de pouco nestes casos. Talvez mesmo a iniciativa de Margrethe Vestager não adiante grande coisa. Afinal a Irlanda recusa-se a cobrar os 13 biliões de euros em impostos atrasados que a comissária europeia diz estarem em dívida e a Apple recorreu aos tribunais sendo tudo menos certo qual o desfecho final da novela.

O problema é que o vetusto princípio de que os lucros devem ser tributados onde o valor é criado está claramente em causa com a nova economia digital – uma nova abordagem é necessária.

Imaginemos um subscritor europeu de plataformas de música ou de vídeos. Embora o consumo ocorra na Europa a verdade é que a operação e os resultados podem estar em qualquer lugar neste vasto mundo. Como tributar? Do mesmo modo, quando uma rede social vende publicidade especialmente dirigida a consumidores europeus (que conscientemente ou não cederam os seus dados pessoais à rede social), o valor criado pela venda dos anúncios está na Europa, contudo, a operação e o lucro podem estar em algures. Como tributar?

Curiosamente a Comissão Europeia (CE), da qual sou crítico em muitas ocasiões, está, nesta matéria, a fazer um trabalho notável.

As propostas da CE apontam para uma abordagem totalmente nova do conceito de matéria tributável.

O princípio básico é o seguinte: independentemente do local onde a contabilidade da multinacional aloja os lucros, a tributação dos lucros em cada estado será aplicada na base da repartição do negócio da empresa de acordo com uma chave tripla: trabalhadores, ativos e vendas.

Cada estado tributará então os lucros, apurados desta forma, de acordo coma sua legislação fiscal, isto é, não é necessária qualquer harmonização fiscal entre estados.

Se a Irlanda quiser continuar a cobrar zero de impostos à Apple está à vontade. A diferença em relação à situação atual é que só o poderá fazer em relação ao negócio da Apple que é mesmo irlandês, em relação ao negócio em França, Alemanha ou Portugal (de acordo com a chave de repartição que vier a ser aprovada) será o regime local a vigorar.

Isto está ainda a dar os primeiros passos. Mas direção parece certa. Pelo menos nos impostos poderemos, a seu tempo, acertar-lhes o passo!

Mas os impostos são apenas um dos lados negros da coisa. Há outros piores. Ficam para as próximas crónicas.

Sogenave®
Food Solutions

40 anos a servir
as instituições de solidariedade social.

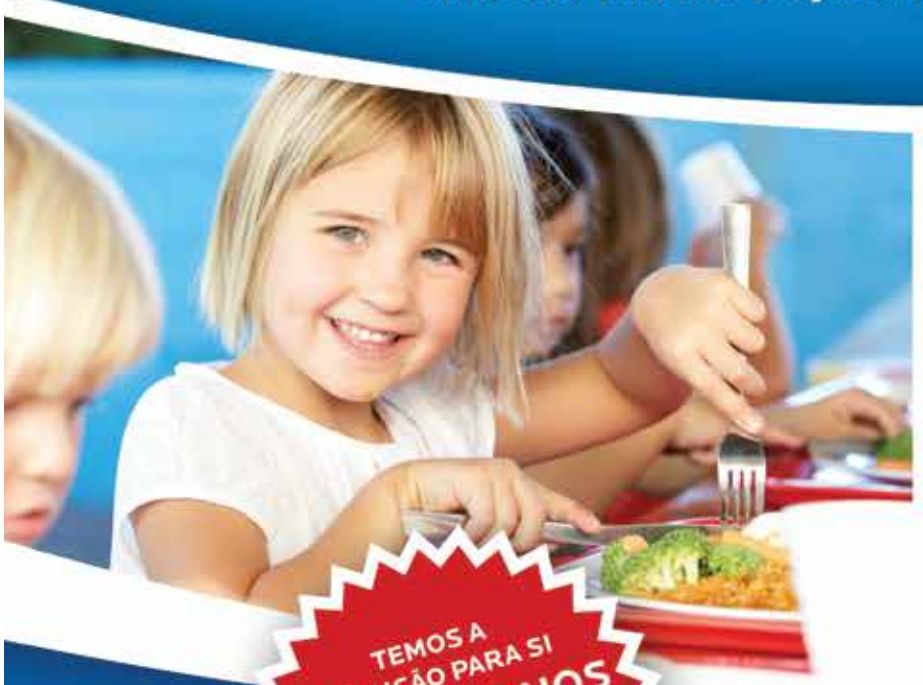
Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.
Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.
A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS
NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224
www.sogenave.pt

apcer ISO 9001 · apcer ISO 14001 · apcer ISO 22000 · IQNet

SOGENAVE - Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Indústria Hoteleira, S.A.
Lisboa • Rua da Garagem, 10 • 2794-022 Carnaxide • Porto • Rua das Cardosas, n.º 1495 • S. Pedro Fins • 4425-510 Maia

Foto: V.M.Pinto

Bom Natal

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia| **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

DA TURQUIA E OUTROS PAÍSES

Portugal disponível para acolher mais de mil refugiados

Portugal está disponível para acolher a partir de agora 1.010 refugiados a partir da Turquia e de outros países terceiros, ao abrigo de um novo programa de reinstalação da União Europeia (UE)), anunciou o ministro da Administração Interna.

"Portugal apresentou há poucas semanas um pedido de alargamento da sua quota de participação no programa de reinstalação. Foi comunicada a aprovação deste pedido pela Comissão Europeia e passaremos a ter uma quota de 1.010 refugiados a reinstalar em Portugal a partir da Turquia e de outros países terceiros no âmbito do novo programa de adesão voluntária de países da UE", disse Eduardo Cabrita.

O ministro falava aos jornalistas no final de uma reunião com o comissário europeu responsável pelas Migrações, Assuntos Internos e Cidadania, Dimitris Avramopoulos.

Eduardo Cabrita adiantou que Portugal terá agora como "prioridade da estratégia de acolhimento de refugiados a reinstalação a partir da Turquia e de outros países terceiros".

Segundo Eduardo Cabrita, este novo programa foi recentemente decidido pela Comissão Europeia, visa reinstalar 50 mil pessoas em toda a União Europeia e é voluntário, além de contar com o apoio financeiro da UE.

Segundo o comissário europeu, há cerca de 15 Estados-membros que manifestaram adesão ao programa.

Em relação ao programa da UE de recolocação de refugiados que se encontravam na Grécia e Itália, Eduardo Cabrita afirmou que Portugal mantém abertura para continuar a receber pessoas ao abrigo deste acordo, mas atualmente é limitado o número de requerentes elegíveis.

"O programa era para dois anos, terminou em setembro. Mantemos o programa em aberto, isto é, continuamos disponíveis para receber pessoas ao abrigo desse programa, mas admitimos que o número seja limitado", afirmou.

O último relatório da Comissão Europeia, divulgado a 15 de novembro, indicava que Portugal recebeu 1.507 refugiados recolocados da Grécia e de Itália, aquém dos 4.500 que devia ter acolhido.

Segundo o mesmo relatório, dois anos após o seu lançamento, o regime de recolocação UE está a chegar ao termo com resultados positivos, faltando recolocar apenas cerca de 750 pessoas na Grécia e 3.100 em Itália, tendo sido recolocadas 31.503 pessoas.

Inicialmente estava previsto a recolocação de 160 mil refugiados que se encontravam na Grécia e em Itália nos 28 países da União Europeia.

Questionado se os números ficaram aquém da disponibilidade manifestada, Eduardo Cabrita sublinhou que Portugal "colocou-se de forma exemplar neste programa", tendo ficado em quinto lugar entre os 28 estados-membros.

"Toda a Europa ficou aquém, o número global de pessoas recolocadas ao abrigo desse programa não excede as cerca de 35.000", disse ainda.

O comissário Europeu responsável pelas Migrações, Assuntos Internos e Cidadania disse que a prioridade passa agora pelo novo programa de acolhimento de 50.000 pessoas, uma vez que atualmente não há tanta pressão de refugiados na Itália e na Grécia.

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele PROFESSIONAL